

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 019

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE MARÇO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/99

SÚMULA: Autoriza o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do país, com destino à Europa.

DATA: 24 de março de 1999.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73, da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do país, entre os dias 26 do corrente e 5 de abril próximo, com destino à Europa, a fim de, na Polônia, receber o título de Doutor *Honoris Causa*, da Politécnica de Cracóvia, e, na França, proferir conferência na Associação René Dubos, da Universidade de Paris e participar de reunião na Prefeitura de Ile de France.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.03.99.

(a) ANIBAL KHURY

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**14ª LEGISLATURA****ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA****REALIZADA EM****24 DE MARÇO DE 1999***(quarta-feira)*

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Carlos Simões.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu

Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 346

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, regime de urgência na tramitação dos Projetos de Lei nº 093/99 (Dispõe sobre o Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes); 080/99 (Institui a Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas e dá outras providências).

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) BETO RICHÁ

REQUERIMENTO Nº 348

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 337

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja determinado ao setor competente o desarquivamento e conseqüente prosseguimento dos projetos de lei a seguir relacionados: n^os 102/95; 364/97; 420/96; 437/96; 077/97; 143/97; 163/97; 293/97; 309/98; 408/98.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N^o 338

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o desentranhamento dos documentos apensados ao Projeto de Lei n^o 356/97.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O aludido plano de lei trata da declaração de Utilidade Pública do PROVOPAR Municipal de Catanduvas, com sede e foro no mesmo município.

Estes documentos encontram-se com sua tramitação prejudicada em função da necessidade de cumprir alguns quesitos exigidos para a aprovação desta matéria. Daí o motivo da presente solicitação.

REQUERIMENTO N^o 340

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER anexação do Projeto de Lei n^o 69/99, por tratar-se de matéria semelhante (criação de CIRETRAN no Município de Quedas do Iguaçu).

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N^o 341

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, anexação do Projeto de Lei n^o 11/99 ao Projeto de Lei n^o 09/99, ambos de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni e que visam instituir o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, regulamentando o parágrafo único do artigo 190 da Constituição Estadual de Desenvolvimento Cultural.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N^o 319

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do art. 36, seja constituída Comissão Especial, formada por 5 (cinco) membros, para que proceda junto aos Estados que outorgaram a exploração de rodovias públicas, quer estaduais, quer federais, por delegação, à empresas concessionárias de serviços públicos, a análise dos procedimentos adotados, bem como da execução dos respectivos contratos e avaliação dos resultados obtidos.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO N^o 353

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Agostinho Macedo Franco da Costa ocorrido em 12 do corrente mês.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 56 anos de idade faleceu dia 12 do corrente, o Dr. Agostinho Macedo Franco da Costa que era filho do saudoso Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa e Dona Maria Macedo da Costa, tradicional família paranaense

O extinto deixou viúva Dona Terezinha Marques da Costa.

O passamento do Dr. Agostinho Macedo Franco da Costa veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Agostinho.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Agostinho Macedo Franco da Costa e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Dr. Agostinho para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta sua palavra e tudo que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Agostinho sob sua constante proteção para que

renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deste participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Costa, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 311

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de congratulações à Liga Feminina de Combate ao Câncer, pelos 45 anos de sua fundação, comemorados nesta data de 23 de março de 1999.

Durante esse longo período, às vezes enfrentando dificuldades, a Liga Feminina tem exercido um trabalho extraordinário para atender as pessoas portadoras de câncer. A grande equipe de senhoras da nossa sociedade, lideradas pelas Senhoras Edite Pizzatto e Izolde Paranhos, tem desenvolvido um trabalho digno do maior dos reconhecimentos, não só desta Casa, mas da sociedade como um todo.

Cumprimente-se, ainda, pelo lançamento do livro "Uma trajetória de Amor".

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 312

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração nos Anais desta Casa, de voto de louvor ao Inspetor Vicente Bereza, Chefe da 4ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, sediada em Cascavel, e que seja levado ao seu conhecimento o teor deste expediente.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Inspetor Vicente Bereza tem realizado um profícuo trabalho frente à 4ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, sediada em Cascavel, participando ativamente de ações que visam o bem estar e a segurança da população.

Contribuiu significativamente na campanha de ajuda aos desabrigados pelo vendaval em Nova Laranjeiras, tem auxiliado nos Centros de Recuperação de Viciados, escolas e empresas, em diversos municípios, levando orientações através de pal-

estras, objetivando a prevenção e combate contra as drogas.

Sua gestão tem sido marcada pela apreensão quantidades de drogas, contrabandos, carros roubados, e o seu esforço tem propiciado a redução do número de acidentes, tendo participado de diversas campanhas como a de Medicina Rodoviária, e Preventiva para caminhoneiros. O seu trabalho também está presente em projetos e construção de Postos, Delegacias e Igrejas, tendo prestado também ajuda incondicional à concessionária de Pedágio Rodovia das Cataratas.

Trata-se de um servidor exemplar e competente que tem se dedicado a levar à comunidade melhor qualidade de vida, proporcionando com suas atividades segurança e tranquilidade a famílias que residem na área de abrangência da 4ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, merecendo por todo o seu incansável trabalho o nosso reconhecimento, que entendemos deva ser registrado nos Anais desta Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 315

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Rede Feminina de Combate ao Câncer (Rua Ovande do Amaral, 201 - Curitiba) pela passagem de seus 45 anos.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(aa) ALGACI TÚLIO

SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A Rede Feminina de Combate ao Câncer, fundada em 18 de março de 1954 está comemorando este ano, 45 anos de gloriosa existência.

Por iniciativa da Sra. Anita Mery Gaertner e da Sra. Edite Pizzatto, esposas dos Drs. Erasto Gaertner e Antero Sadi Pizzatto, respectivamente, iniciaram esta grande obra que se transformou no carro chefe do Hospital Erasto Gaertner, nacionalmente famoso e o mais importante no atendimento ao câncer de nosso Estado.

O Dr. Erasto e o Dr. Antero foram os primeiros médicos cancerologistas de Curitiba, atendendo inicialmente no Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná. Com o passar do tempo e sendo eles os precursores desta área nesta Capital, o atendimento foi aumentando e estendendo-se a um grande número de pessoas carentes. Suas esposas, sempre trabalhando e buscando alternativas dentro desta área, fizeram uma visita ao Estado de São Paulo, onde conheceram a Rede Feminina de Combate ao Câncer daquele Estado. Inspiradas naquela Instituição, elas fundaram então a Rede Feminina de Combate ao Câncer do Paraná. O Dr. Erasto

Gaertner conseguiu, então, a doação do terreno onde está hoje o Hospital que leva seu nome e que levou 17 anos de campanhas ininterruptas da Rede Feminina para que fosse construído, tendo sido inaugurado em 1972.

De lá para cá, a Rede Feminina já teve três Presidentes: Sra. Anita Mery Gaertner (1954 a 1958), Sra. Edite Pizzato (1958 a 1991) e atualmente a Sra. Izolde Paranhos (desde 1992).

A Rede Feminina possui três finalidades básicas, que regem seu trabalho: assistência total aos pacientes carentes dentro do Hospital Erasto Gaertner, prevenção do câncer dentro da comunidade e angariação de fundos para a manutenção do Hospital, que conta atualmente com 148 leitos, mais 50 leitos na área pediátrica. O Hospital atende atualmente cerca de 75% dos pacientes pelo SUS, mas infelizmente, devido ao alto custo do paciente/dia, o Sistema Único de Saúde não consegue cobrir este atendimento, ficando o restante a cargo da Rede Feminina. Os demais pacientes, são atendimentos efetuados através de convênios. Na ala pediátrica, o Hospital Erasto Gaertner foi o primeiro do país, já há vinte e dois anos, a permitir que a mãe efetue o acompanhamento da criança no leito hospitalar. Esta iniciativa inovadora e que tem trazido excelentes resultados, encarece por demais o tratamento dos pequenos pacientes, uma vez que o SUS não efetua a cobertura do acompanhante do paciente infantil, ficando o custeio desta área totalmente sob responsabilidade da Rede Feminina.

O Hospital Erasto Gaertner, atualmente sob a diretoria do Dr. Izidoro Cestani construído e mantido pela Rede Feminina de Combate ao Câncer, atualmente contando com 600 funcionários, possui uma central de telemarketing que procura pela comunidade em busca de recursos. Ainda, são feitas campanhas constantes e o Hospital sobrevive graças ao auxílio da sociedade paranaense, que tem se sensibilizado com a situação dos menos favorecidos que necessitam do tratamento para o câncer.

Pelo brilhante trabalho efetuado pela Rede Feminina de Combate ao Câncer junto ao Hospital Erasto Gaertner, que com seu trabalho incansável vem auxiliando os pacientes que necessitam de tratamento ao longo destes laboriosos 45 anos, recebem os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 316

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Município de Pinhais, pela comemoração de seus sete anos de emancipação, em data de 20 de março de 1999.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pinhais, completou sábado último (20.03.99) sete anos de emancipação. O Município é conhecido como o marco zero, do Rio Iguaçu, onde nasce o Rio das Cataratas do Iguaçu e por possuir uma grande área de mananciais que abastece a região de Curitiba.

Sua história é recente e teve início em 1885, com a inauguração da linha férrea Curitiba-Paranaguá, que atravessa a cidade. No começo do século XX, com a chegada dos primeiros imigrantes, a região iniciou seus primeiros passos. As raízes da cidade estão fortemente ligadas à cerâmica pois na década de 30 uma empresa ali localizada era a mais importante do Estado e uma das mais destacadas do país, já começando exportar seus produtos para a América Latina. Como o local era de difícil acesso, a Companhia construiu dezenas de casas, para que os trabalhadores vindos de outras regiões morassem perto da fábrica, o que originou o primeiro povoado, próximo da linha férrea. Ainda neste ciclo foi fundada a primeira Igreja Católica de Pinhais, a Nossa Senhora da Boa Esperança e também foi criada uma banda na cidade.

Na segunda metade do século XX cessou a produção de cerâmica da Companhia e a área ocupada pela empresa foi loteada e vendida para as pessoas que vinham do interior do Paraná, pois estava ocorrendo um forte êxodo rural em nosso Estado. Com este loteamento surgiram os bairros Vargem Grande, Weissópolis, Tarumã e outros. Com estes povoados, o local ganhou o título de Distrito de Piraquara em 1972, pois já possuía uma população de 6.500 habitantes. Em 1990, através de um plebiscito que decidiu a autonomia da região, Pinhais separou-se do Município de Piraquara e a emancipação só foi homologada em 1992.

Hoje, começam a aparecer os primeiros prédios de Pinhais e sua área rural é restrita. Atualmente residem ali cerca de 90.000 habitantes, que muitas vezes trabalham na Capital do Estado. Pinhais muitas vezes é confundida com um bairro de Curitiba, tamanha sua proximidade da Capital. Apesar de muito bem administrada, possui os mesmos problemas de grandes cidades, mas vem enfrentando-os com coragem e trabalho.

Ao Município de Pinhais, exemplo de crescimento e progresso, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 317

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de

congratulações ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, pelo lançamento da Campanha para doações ao Fundo da Criança.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Empresários e profissionais do setor de contabilidade pretende incentivar as doações ao Fundo Estadual da Criança e do Adolescente, através da lei de incentivos fiscais. Uma empresa poderá doar 1% do imposto de renda devido para os fundos municipais nas 382 cidades do nosso Estado. Para a pessoa física, a porcentagem de doação poderá chegar até 6%. O dinheiro será utilizado nos programas municipais que amparam crianças carentes.

A solenidade de lançamento da campanha ocorreu sexta-feira última (19/03/99) no CIETEP - Centro Integrado dos Empresários e dos Trabalhadores da Indústria do Paraná. Na primeira fase, cerca de 6.000 cartilhas estão sendo enviadas a contadores do Estado do Paraná com orientações sobre a campanha e na Segunda fase serão distribuídas mais 21.000 cartilhas aos contadores de empresas. A doação feita neste ano valerá para o Imposto de Renda a ser pago no ano que vem e a expectativa é de que muitas empresas venham a aderir à esta campanha.

Pela brilhante iniciativa dos profissionais da área de contabilidade, revelando com este gesto, sua preocupação com os mais necessitados da nossa sociedade, recebam, através do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, sob a presidência do Sr. Antonio Carlos Doró os votos de aplausos e congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 318

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de aplausos e congratulações à Escola Municipal Pró-Morar Barigui, localizada no Bairro Barigui - CIC, desta Capital, pelo trabalho inovador que vem realizando.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Municipal Pró-Morar Barigui, localizada no Bairro Barigui, Cidade Industrial de Curitiba, nesta Capital vem se destacando pelo trabalho inovador que vem realizando com seus alunos.

Fundada há dezessete anos, foi a primeira escola em Curitiba a implantar atividades pedagógicas no horário de recreio, supervisionadas pelos próprios alunos. O envolvimento dos alunos nestas atividades contribuiu para a diminuição do

índice de agressividade. A Escola estimula o interesse dos alunos pela leitura, a arte e o esporte, utilizando um método simples, mas eficiente, onde o aluno participa com sua própria criatividade.

São atualmente 1.200 alunos matriculados no primeiro grau e a Escola conta ainda com educação para jovens e adultos no período noturno.

Parabéns à Diretora da Escola Municipal Pró-Morar Barigui - Iodéia Felício, pelas inovações feitas nestes últimos anos, às 80 professoras e a toda a equipe de apoio pelo brilhante trabalho que vêm realizando.

REQUERIMENTO Nº 320

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplausos à A.P.O. Associação Paranaense dos Ostomizados, que em 20 de janeiro completou 10 anos de fundação. A A.P.O. foi fundada com o objetivo de congregar todos os ostomizados de nosso Estado, para, além de representá-los, poder proporcionar a troca de experiências, possibilitando assim, um apoio psico-social para que o indivíduo ostomizado seja reintegrado na sociedade. Atualmente, a Associação conta com mais de mil ostomizados em todo o Estado, sendo que 51% dessa demanda é proveniente de Curitiba e Região Metropolitana. Dedicar seu trabalho na melhoria da qualidade de vida do ostomizado, esclarecendo quanto a tratamentos, melhoria de atitudes, combate a preconceitos, proporcionando entre os associados o intercâmbio de experiências e informações psico-sociais que favoreçam a solução de problemas físicos, emocionais e sociais criados pela ostomia, facilitando a integração dos mesmos na vida cotidiana. prima pela conscientização da sociedade quanto a aceitação do ostomizado como um elemento ativo e participante na sua comunidade, bem como, trabalha também junto aos familiares, estimulando-os a participar conscientemente do tratamento.

Somos conhecedores do trabalho sério e da luta da Diretoria da A.P.O. para com os ostomizados, bem como, sua dedicação e busca incessante de verbas junto aos órgãos públicos e sociais, para proporcionar um atendimento e uma vida digna à sua classe. Esta manifestação de júbilo se estende à sua atual presidente, Sra. Maria Madalena de Oliveira Tragante, demais membros da Diretoria, bem como a todos os associados, prestadores de serviços e funcionários que, voluntariamente, dedicam-se à causa dos ostomizados. Entendemos meritório este registro e nos somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos sinceros cumprimentos.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 324

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Regente Feijó, pela comemoração dos 72 anos de existência.

O Colégio Regente Feijó é uma entidade de ensino de grande importância para Ponta Grossa.

Com muita luta e dedicação dos professores, diretores e funcionários, durante todos estes anos ajudou no crescimento e desenvolvimento da região, educando e formando cidadãos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência em nome do Diretor do Colégio Regente Feijó, Senhor Claiton Antônio Bentivenha, na Rua do Rosário, 194 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 325

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Academia de Letras dos Campos Gerais.

A Academia de Letras dos Campos Gerais compõe-se de quarenta membros, dos quais, pelo menos vinte e cinco domiciliados e residentes na cidade de Ponta Grossa os primeiros ocupantes de Cadeira.

O objetivo da Academia é o de congregar literatos e incrementar a cultura da cidade e da região. Como finalidade, prevista no artigo 2º está o cultivo, a preservação e a divulgação do vernáculo e da literatura, nos seus aspectos científico, histórico, literário e artístico; podendo participar de iniciativas úteis ao desenvolvimento cultural do Paraná.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos membros da Academia de Letras dos Campos Gerais, em nome Leonilda H. Justus - Presidente da Academia, na Rua 15 de Novembro, 551 - Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 328

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de Moção de Congratulações à Academia de Letras dos Campos Gerais, fundada em 20 de março de 1999, no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Com nomes de destaque na literatura, como Anita Philipowski, Brasil Pinheiro Machado, Bruno Enney, Faris Antonio Michaelle, Júlia Wanderley Petrich, e tantos outros, a região dos Campos Gerais há muito é merecedora de sua Academia de Letras, fato que ora se concretiza.

Criada com a finalidade de cultivar, preservar e divulgar o vernáculo e a literatura, ressaltando seus aspectos científico, histórico, literário e artístico e tendo como lema formam habe sanorum vernorum ("conservai a pureza da linguagem"), a fundação da Academia de Letras dos Campos Gerais merece destaque, pois surge como elemento importante no incremento da cultura da cidade de Ponta Grossa e da Região dos Campos Gerais, ao congregar seus literatos e promover a cultura local.

REQUERIMENTO Nº 329

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, o encaminhamento das congratulações dessa Casa de Leis, à administração pública de Pato Bragado, nas pessoas do Senhor Prefeito Municipal, Verno Scherer, e do seu vice Delmar Fincke, e ainda à Câmara Municipal do pré-citado município, na pessoa do seu Presidente, Vereador Élio Seibert, pela inauguração do novo Paço Municipal, no último dia 18 de março.

Do aprovado, requer seja dado ciência ao Senhor Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal da referida Unidade Municipal, CEP 85940-000.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Pato Bragado, localizada na costa oeste do Paraná, é integrante como município lindeiro ao reservatório da Itaipu Binacional. É uma comunidade autônoma bastante recente. Existe há pouco mais de 6 anos.

É quando existem um perfeito entrosamento entre os poderes e a confiança da população em seus dirigentes públicos, que as coisas acontecem. Uma administração pública séria, correta e compromissada com os anseios da coletividade, produz resultados e benefícios marcantes e notados na vida do cidadão.

A afirmativa anterior aplica-se a muitos municípios do Oeste do Paraná. Entre estes, está Pato Bragado que teve e tem a felicidade de possuir bons dirigentes políticos, cujos exemplares mandatos deixam para a população local uma esteira de obras de relevância.

A recente inauguração do novo Paço Municipal é mais uma dessas obras de grande significância comunitária. O seu estilo arquitetônico, de altiva fachada, caracteriza com solidez a identidade e a pujança dos moradores bragadenses.

REQUERIMENTO Nº 335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Senhor Hitoshi Nakamura e ao Diretor Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Senhor José Antonio Andrigueto, convocando-os para que compareçam perante esta Casa de Leis para prestarem esclarecimentos sobre o Parque Industrial do Município de Paranaguá.

Outrossim, solicita ainda envio de expediente convidando o Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, Senhor Luiz Antônio de Mello, para prestar esclarecimentos sobre o mesmo tema.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 350

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, e ao Senhor Diretor do DER, Doutor Paulinho Dalmaz, solicitando o desenvolvimento de serviços através de "Operação Tapa-Buracos", nas estradas estaduais sem pedágio, mormente os trechos entre Porteira Grande e o Município de Reserva; Reserva e Cândido de Abreu; Cândido de Abreu e Manoel Ribas; a Estrada do Cerne; Estrada do Itaiacoca no Município de Ponta Grossa, bem como o trecho da estrada antiga ligando Ponta Grossa e Tibagi.

A manutenção e os reparos nas estradas referidas são não só necessários, como também urgentes dada a precariedade da situação, trazendo graves perigos à vida e à manutenção dos veículos que por elas transitam. Ademais, a atual situação tem dificultado o transporte e comercialização da safra agrícola e os outros produtos dificultando o desenvolvimento da região e das famílias.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER,

ouvido o douto Plenário, envio de expediente a Senhora Secretária de Estado da Administração, Doutora Maria Eliza Ferraz Paciornick e ao Senhor Diretor Presidente do IPE, solicitando providências quanto ao pagamento de contas em atraso junto aos hospitais, clínicas médicas, consultórios, farmácias e outros em Ponta Grossa, que prestaram e têm prestado serviços ao Estado através de consultas, cirurgias, dispensação de medicamentos e outros.

Os atrasos têm trazido graves dissabores aos cerca de 20.000 (vinte mil) servidores que cada dia assistem ao descredenciamento dos profissionais junto ao IPE, com repercussões terríveis no que se refere à saúde tanto sua como de seus dependentes.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 352

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Diretor da Empresa Concessionária da RODONORTE e da ECOVIA, solicitando indicações sobre o volume de recursos arrecadados durante o período que medeia a concessão até a atualidade, bem como o número de veículos, e por tipo, que transitaram pelas rodovias e os respectivos trechos.

Solicita-se ainda informações sobre as despesas, quantidade e o valor de obras, reparos e manutenção realizadas no mesmo período.

Tais informações e indicações tornam-se necessárias para subsidiar eventuais estudos e/ou debates em torno do assunto, tornando a matéria transparente e democrática.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no jornal "Impacto do Paraná", dos dias 20 a 26 de março de 1999, denominada "Previdência Social: Lições do passado para garantia do presente e futuro", de Sylvio Sebastiane.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao jornalista, na Rua Rocha Pombo, 899 - CEP 80530-290, Juvevê, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do artigo: "Há fundamentos bíblicos para a Campanha da Fraternidade sobre o desemprego?", de autoria de Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, publicado na Gazeta do Povo de domingo, dia 21 do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a Dom Pedro Fedalto, bem como à "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Igreja, ao propor a Campanha da Fraternidade, os desempregados, com o lema: "Sem Trabalho... Por quê?" analisou a realidade em que vivem milhões de brasileiros, sem emprego.

A Igreja é humana e divina. Ela deve trabalhar em prol da vida dos homens.

A obra do cristão em favor do próximo chama-se amor ou caridade.

A ação da Igreja tanto na esfera religiosa, como no campo do amparo social, é um penhor seguro de conforto para toda a população por mais árduo que seja o caminho a trilhar.

A história da humanidade é a história da própria igreja. Que seria de nós sem uma obrigação em favor do desassistido?

Cristo é o modelo que nos serve e servirá de guia a nos mostrar o caminho que devemos seguir.

Se lançarmos os olhos em volta de nós, veremos que os irmãos brasileiros, solitários e excluídos do trabalho chegam a um número alarmante.

Dom Pedro Fedalto, com bastante objetividade, discerniu os fundamentos bíblicos para a Campanha da Fraternidade de 1999, por esta razão, estamos requerendo para que conste dos Anais da nossa Assembléia Legislativa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 126/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam instituídos no âmbito do Estado do Paraná o Incentivo Fiscal e o Fundo Estadual das Artes Cênicas - FEAC, com a finalidade de captar e canalizar recursos de modo a:

I - Incentivar a produção das Artes Cênicas no Estado do Paraná, constantes de:

a) Teatro

b) Circo

c) Dança

d) Ópera

II - Facilitar à Comunidade de acesso aos bens artístico-culturais, dos quais trata esta Lei.

§ 1º - Com os recursos emanados do Incentivo Fiscal, promover a difusão das Artes Cênicas, mediante o apoio à montagem e à circulação de espetáculos cênicos.

§ 2º - Com os recursos advindos do FEAC, promover a difusão das Artes Cênicas, através de:

a) apoio à pesquisa; à realização de exposições, festivais e seminários;

b) apoio à publicações; vídeos, filmes e registros, resgatem, preservem e divulguem a memória das Artes Cênicas Paranaenses;

c) apoio à reciclagem e aperfeiçoamento de artistas e técnicos cênicos;

d) apoio à manutenção, modernização, restauração, reforma e construção de espaços cênicos.

Art. 2º - Fica estabelecido para o Incentivo Fiscal, o percentual de 0,4% (zero vírgula 4 por cento) da receita orçada proveniente do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual destinará recursos, como transferências correntes, ao Fundo Estadual das Artes Cênicas - FEAC, nos valores não inferiores a 1/2% (meio por cento) e nem superiores a 3% (três por cento) da receita do imposto citado no artigo anterior.

§ 1º - O FEAC contará, ainda, como recursos provenientes de:

I - dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;

II - doações;

III - legados;

IV - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza ou de organismos internacionais;

V - devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, contemplados com recursos do FEAC e do Incentivo Fiscal;

VI - saldos de exercícios anteriores;

VII - recursos de outras fontes.

Art. 4º - O Incentivo Fiscal referido ao artigo 1º desta Lei correspondente à dedução fiscal no pagamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor de cada incidência do tributo, por parte do contribuinte do Estado do Paraná, através da seguinte ação:

I - Mecenato Subsidiado: a transferência gratuita de recursos pelo incentivador ao empreendedor para a realização de projeto cênico, com

finalidades promocionais, publicitárias ou de retorno institucional.

Art. 5º - O valor incentivável de cada projeto, tanto do Mecenato como do FEAC, será de 80% (oitenta por cento) do total orçado no mesmo.

Art. 6º - Para efeito desta Lei, considera-se:

I - Empreendedor: pessoa física ou jurídica, domiciliada no Estado do Paraná, a no mínimo (02) anos, diretamente responsável por Projeto Cênico beneficiado pelo Incentivo Fiscal e pelo FEAC, de que trata a presente Lei;

II - Incentivador: pessoa física ou jurídica contribuinte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, do Estado do Paraná, que transfira recursos, através de Mecenato Subsidiado, para a realização de projeto cênico beneficiado pelo Incentivo Fiscal de que trata esta Lei.

III - Entende-se, ainda, por:

Certificado de Aprovação: o documento emitido pela Secretaria de Estado da Cultura, representativo da análise orçamentária e enquadramento do projeto cênica, com exame de mérito, a ser usado pelo empreendedor como comprovante de aprovação perante potenciais incentivadores;

Certificado de Incentivo: o documento emitido pela Secretaria de Estado da Cultura, até o valor total do incentivo concedido a cada projeto e limitado ao valor fixado a cada ano, representativo da autorização para que se efetive a transferência de recursos conforme previsto no Certificado de Aprovação.

Art. 7º - Para fins da análise dos projetos, fica autorizada a criação, junto à Secretaria de Estado da Cultura, da Comissão Estadual das Artes Cênicas - CEAC, independente e autônoma, formada por 04 (quatro) representantes da comunidade cênica, indicados através de Assembléia Geral das Entidades representativas da mesma classe, e por 03 (três) representantes da Secretaria de Estado da Cultura, sendo de sua competência o exame do projeto, considerando-se:

- a) o mérito do projeto;
- b) a capacidade administrativa do empreendedor;
- c) a adequação orçamentária do projeto;
- d) a reciprocidade oferecida.

Parágrafo Único - Na regulamentação desta Lei, definir-se-ão os critérios que embasarão a análise dos projetos cênicos.

Art. 8º - Os membros da Comissão de Artes Cênicas - CEAC, terão mandato de 02 (dois) anos, podendo serem reconduzidos, sendo vedado

durante o período de mandato, a apresentação, direta ou indiretamente, de projetos, assim com a sua participação qualidade de prestador de serviços.

Art. 9º - O limite máximo de incentivo a ser concedido a cada projeto fica fixado em 71.500 UFIR's (setenta e uma mil e quinhentas unidades fiscais de referência).

§ 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda, somente emitirá Certificados de Incentivo após a aprovação da prestação de contas do projeto anterior do mesmo empreendedor.

§ 2º - A Secretaria de Estado da Cultura terá prazo máximo de 30 dias (trinta) dias, após a apresentação da prestação de contas, para promover diligências e apresentar seu parecer sobre a mesma.

§ 3º - O empreendedor terá prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência, para responder a diligência ou recorrer do parecer emitido.

§ 4º - Se a Secretaria de Estado da Cultura não se manifestar no prazo estipulado no parágrafo segundo deste artigo, o empreendedor terá assegurado o direito de recebimento do Certificado de Incentivo do projeto protocolizado e aprovado.

Art. 10 - Para obtenção dos benefícios desta Lei, o empreendedor deverá protocolizar junto à Secretaria de Estado da Cultura cópia do projeto cênico, anexando a documentação estabelecida na regulamentação da presente lei, explicando os objetivos, os recursos humanos e financeiros envolvidos, para fins de fixação do valor de incentivo e posterior fiscalização.

§ 1º - O empreendedor cujo projeto cênico tenha cunho profissional, ou seja, destinar remuneração às funções artísticas ou técnicas no orçamento do mesmo projeto, estará obrigado ao cumprimento da Legislação vigente pertinente à regulamentação das profissões artísticas e técnicos, destacando-se a Lei 6.533/1978.

§ 2º - Fica vedada a substituição do empreendedor, exceto em caso de seu falecimento.

Art. 11 - É vedada a apresentação de projeto por empreendedor que esteja inadimplente com as Leis de Incentivo à Cultura, Federal, Estadual e Municipal.

Art. 12 - Fica proibida a aprovação de projetos, com as mesmas finalidades, que já tenham sido beneficiados pelas Leis de Incentivo à Cultura, Federal e Municipal.

Art. 13 - Aprovado o projeto, o Poder Executivo providenciará a emissão dos respectivos certifi-

cados para a obtenção de Incentivo Fiscal e a elaboração de contrato para financiamento pelo Fundo Estadual das Artes Cênicas - FEAC.

Parágrafo Único - Os projetos cênicos poderão ser incentivados parcialmente, mediante prévia consulta da Comissão Estadual de Artes Cênicas - CEAC ao seu empreendedor e sua aquiescência indispensável e expressa.

Art. 14 - Os Certificados mencionados no artigo 3 do inciso III do artigo 6º, desta lei, terão prazo de validade para utilização, de 24 (vinte e quatro) meses e de 30 (trinta) dias, respectivamente, para efeitos de captação dos recursos, a contar de sua expedição.

Art. 15 - Fica o empreendedor obrigado a comprovar a completa realização do projeto no prazo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da emissão do Certificado de Aprovação e a adequada aplicação dos recursos, através de prestações de contas até 30 (trinta) dias após o término do projeto ou do prazo final do referido Certificado.

Art. 16 - Além das sanções penais cabíveis e da devolução dos recursos incentivados já captados, será multado pela Secretaria de Estado da Cultura em 10% (dez por cento) do valor integral do projeto, o empreendedor que:

I - não comprovar a correta aplicação desta Lei, por dolo, desvio dos objetivos ou dos recursos.

II - não realizar o projeto cênico após o prazo concedido no Certificado de Aprovação.

III - não prestar contas, em até 30 (trinta) dias após a realização do projeto ou ter expirado o prazo do Certificado de Aprovação.

§ 1º - O empreendedor que incidir nos incisos I, II e III do art. 16, ficará impedido de protocolizar novos projetos pelo prazo de 2 (dois) anos.

§ 2º - Da decisão caberá recurso à Comissão Estadual de Artes Cênicas - CEAC, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 17 - O empreendedor que não apresentar informações solicitadas pela Comissão Estadual de Artes Cênicas - CEAC, no prazo de 15 (quinze) dias, poderá sofrer as seguintes sanções aplicáveis pela Secretaria de Estado da Cultura:

I - advertência;

II - multa fixada em 1% (um por cento) sobre o valor do projeto.

III - suspensão do projeto cênico e impedimento de protocolizar novos projetos em caso de reincidência.

Parágrafo Único - Após o recebimento da advertência, o interessado terá prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar sua defesa, e a Comissão

Estadual de Artes Cênicas - CEAC 15 (quinze) dias para dar seu parecer.

Art. 18 - Se apurado, no processo correspondente que o incentivador concorreu para fraudar a regular aplicação dos recursos, será também responsabilizado, sujeitando-se às penalidades previstas nesta Lei.

Art. 19 - As obras resultantes dos projetos cênicos beneficiados por esta Lei, serão apresentadas, prioritariamente, no âmbito territorial do Estado do Paraná, devendo constar a divulgação do apoio institucional do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 20 - Competirá à Secretaria de Estado da Cultura a fiscalização do exato cumprimento das obrigações assumidas pelo empreendedor e pelo incentivador dos projetos cênicos beneficiados, nos termos desta Lei.

Art. 21 - Competirá à Secretaria de Estado da Cultura proceder à análise dos documentos e decidir sobre a prestação de contas.

Art. 22 - Caberá à Secretaria de Estado da Cultura decidir pela aplicação das penalidades previstas nos artigos 16 e 17, bem como representação à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, quanto à aplicação das sanções penais cabíveis.

Art. 23 - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua vigência, sendo assegurada a participação de representantes das entidades cênicas na elaboração do Decreto regulamentador.

Art. 24 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Arte, expressão da cultura de um povo, nos ensina a História da Civilização, é a manifestação do espírito do ser humano, a manifestação do que nele há de melhor e de mais rico.

A Arte, é a manifestação concreta do que há de eterno no espírito humano. As "Artes da Palavra", neste caso, o Teatro e a Ópera, firmam-se no passar dos tempos, como manifestações de suma importância, uma vez que tratam, no pensamento expresso pela linguagem verbal, sobre o cotidiano, sobre o homem/mulher, sobre a vida em sociedade.

O espetáculo, veículo que dá corpo e alma a tais artes, propicia, ao espectador oportunidades para o auto-conhecimento, para o conhecimento, abrindo-lhes portas para a visão de mundo. Desta forma, o espetáculo, além de aflorar no espectador (ser social/político) a sensibilidade/emoções, pode contribuir para o exercício da reflexão; para o despertar do seu senso crítico; para ascender sua consciência política, impulsionando-o para o exercício de seus direitos e deveres de cidadania, sem os quais a vida mostra-se insuportável para todos e para cada um.

As "Artes da Palavra", nos ensina as Histórias, tem tido através de sua trajetória, o poder de mover as sociedades nas mais diversas direções. Aí está a sua força.

A Dança, com a beleza e a técnica que a faz existir como "a música em movimento", com a fantástica condição criativa de fazer o corpo interpretar o som.

O Circo, com sua incontestável magia que emociona e deleita platéias de todas as idades. Estas são as artes que requerem, igualmente o entendimento sobre a sua importância bem como destacado estímulo para que não venham a perecer.

A Cultura, principalmente, as artes, enseja o pleno desenvolvimento de um povo. Sabemos que através da arte tem sido registrado o grau de evolução das civilizações. Mostra-nos ainda, a História que um Estado, ou, país pode projetar-se positivamente, nacional/internacionalmente, por força de sua produção artística, de seus talentos, de sua capacidade criativa para contar sobre sua gente e seu tempo, merecendo assim o respeito e a admiração do mundo. Firma-se, desse modo, uma vez mais, a magia e o milagre da arte e da cultura. Outra consideração que se deve fazer a exemplo de inúmeros países é sobre o apelo ao turismo, quando teremos a oferecer ao visitante opções de lazer cultural. Além das belezas naturais, também, na aparição das riquezas artísticas existentes, incluindo aqui espetáculos cênicos. Tal chamamento, irresistível, como nos mostra a História, por sua vez, movimenta de modo extraordinário a economia do Estado/País. É dever do Estado portanto, incentivar de todas as formas a criação artística e fazê-la acessível à sociedade.

A Lei que ora propomos estenderá a todo o Paraná as oportunidades para a concretização dessa fundamental tarefa, a qual é também de responsabilidade da sociedade. Considerando-se as especificidades das várias áreas artísticos-culturais, em especial, e neste caso as Artes Cênica, Teatro, Dança, Circo e Ópera, elas mesmas, com características de criação e realização, nitidamente, diferenciadas entre si, é oportuno e até necessário que a legislação, a qual pretende-se venha a apoiá-las,

seja, por sua vez, específica e diferenciada das que deverão contemplar as demais atividades culturais.

Acreditamos, em nossa preocupação cívica com a questão da renúncia fiscal, que leis específicas às diversas áreas artísticas e culturais elaboradas e aprovadas na medida da organização destas áreas, atendendo, tais legislações, as especiais características de cada uma delas, melhor e mais profundamente serão alcançados os objetivos estabelecidos. Assim sendo, a presente Lei, dando tratamento diferenciado às Artes Cênicas, permitirá específica normatização para os projetos cênicos a serem apresentados; permitirá uma análise mais apurada dos mesmos, quando a Comissão Estadual de Artes Cênicas - CEAC, junto a Secretaria de Estado da Cultura, será integrada, majoritariamente, por pessoas que vivenciam as artes em questão, tal Comissão terá condições, ainda, de destacar o mérito do projeto e do empreendedor. Dessa forma, revestir-se-á a legislação de real respeitabilidade. Também, a CEAC assim composta, permitirá um acompanhamento/fiscalização mais eficiente quanto a realização do que tais projetos cênicos haverão de propor.

A Lei ora proposta, comprova recente pesquisa realizada pelo ministério da Cultura, no que tange aos benefícios advindos das Leis de incentivo à área em pauta, haverá, de fortalecer a economia deste Estado quando garantirá continuado e digno mercado de trabalho aos profissionais cênicos paranaenses e abrirá, como já vem acontecendo em pequena escala, oportunidades de circulação de riquezas a vários segmentos sociais, os quais se relacionam, direta ou indiretamente, com a produção cênica e com a exibição do espetáculo.

PROJETO DE LEI Nº 127/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a modificar a denominação da PR-483, que liga o Município de Francisco Beltrão a Ampére, para "PR-Luiz Prolo".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de lei, pretende modificar a denominação da PR-483, para PR-Luiz Prolo, uma vez que, o nome que estamos indicando para denominar a PR, faz parte da história do Sudoeste desde 1953, quando o mesmo iniciou a colonização do Sudoeste do Paraná, vindo com sua

família para Francisco Beltrão, onde passou a participar de movimentos políticos e foi um dos principais líderes do movimento denominado revolta dos colonos, que eclodiu no ano de 1957, além disto o Sr. Luiz Prolo, também foi um dos fundadores da U.D.N. - União Democrática Nacional, sendo por este partido eleito Vereador de Francisco Beltrão.

Logo após a eleição do então Governador Ney Braga, seu velho companheiro de incansáveis lutas, o designou como Delegado para a cidade de Francisco Beltrão, que na época atendia não só a este Município, mas toda a região do Sudoeste.

Ao ser desmembrado o Distrito de Jaracatiá de Francisco Beltrão, recebendo o nome de Enéas Marques, elegeu-se pela ARENA seu Primeiro Prefeito Municipal, e logo após completar seu mandato, voltou a fixar residência em Francisco Beltrão, permanecendo na mesma até a data de seu falecimento.

Pelos motivos acima expostos, e pelos relevantes serviços que o mesmo prestou a Comunidade do Sudoeste do Paraná, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 128/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

O Artigo 1º da Lei nº 12.304/98 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública o "Projeto Plantão Sorriso" que atua no Hospital Universitário com sede e foro em Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Os integrantes do "Projeto Plantão Sorriso", atuam junto a crianças enfermas no Hospital Universitário, porém este trabalho é extenso aos demais hospitais e clínicas do município de Londrina.

PROJETO DE LEI Nº 129/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É obrigatória a instalação de dispositivo mecânico de segurança que permita a descida e mobilidade de pessoas em situação emergencial,

nos edifícios construídos com mais de cinco andares.

Art. 2º - O dispositivo mecânico de segurança será parte integrante dos itens de vistoria para obtenção de Laudo do Corpo de Bombeiros.

Art. 3º - Os edifícios já existentes se adequarão ao disposto nesta Lei num prazo de 1 (um) ano a contar da sua vigência.

Art. 4º - O Poder Executivo editará, num prazo de 60 (sessenta) dias, as normas para o cumprimento desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A segurança do cidadão é parte integrante dos deveres do Estado.

É sabido que, apesar de todo o avanço tecnológico, a maioria dos edifícios destinados à moradia ou escritório comerciais não possuem outros dispositivos para movimentação de pessoas ou objetivos que não sejam dependentes do sistema elétrico.

Entretanto, em caso de incêndio, assaltos ou outros infortúnios, é exatamente a energia elétrica aquela que primeiro fará falta.

Assim, o presente projeto de Lei visa ordenar as construções com mais de cinco andares, com dispositivos mecânicos de segurança e que sirvam como salvaguarda de vida e de valores.

Com a criação da presente lei, o Poder Público estará cumprindo sua missão e dever constitucional de garantir segurança a seus cidadãos, propiciando o bem comum e a tranquilidade das famílias.

Há que se considerar, ainda, que os equipamentos obrigatórios existentes nos edifícios, hoje, visam evitar e combater o incêndio. No entanto, para movimentação de pessoas e remoção com segurança de vida, apenas as escadas são exigidas que, por ocasião de incidentes, têm demonstrado suas limitações.

Desnecessário dizer, ainda, da considerável economia por parte do Poder Público para com equipamentos do corpo de bombeiros, se adotado o uso de tais dispositivos mecânicos nos edifícios, proporcionalmente muito baratos e eficazes.

Experiências realizadas com tais dispositivos mecânicos indicam o acerto do presente Projeto e o alcance humano que detém por sua peculiaridade e simplicidade.

PROJETO DE LEI Nº 130/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o "Selo Qualidade Ambiental do Paraná" a ser concedido às empresas, instituições ou organizações que desenvolverem atividades que beneficiem a qualidade e preservação ambiental e dos recursos naturais.

Parágrafo Único - As diretrizes do "Selo Qualidade Ambiental do Paraná" deverão ser norteados, entre outros, pela Série ISO 14000.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em até 90 (noventa) dias da data de sua promulgação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A preocupação mundial de se preservar o meio-ambiente tem crescido a cada momento. Baseado no fato de que muitos recursos naturais que estão ao nosso dispor não são renováveis, é fundamental nos esforçarmos para sustentá-los e utilizá-los de maneira otimizada e consciente, respeitando os limites da natureza, com intuito de não prejudicar o futuro das gerações subseqüentes.

Processos e produtos desenvolvidos e utilizados por empresas e pela comunidade em geral têm tido influência no meio-ambiente que nos cerca, indo muitas vezes, além dos nossos limites. Cada produto gera um conjunto de efeitos no ambiente, desde a matéria-prima, durante a sua manufatura, distribuição e uso, até o descarte final. Esses efeitos podem ser de curto, médio e longo prazo.

O Selo Ambiental do Paraná será concedido às empresas que atingirem o atendimento a um número mínimo de requisitos, obtido através da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental. As normas emanadas pela Série ISO 14000, entre outras, deverão nortear os critérios a serem adotados para o estabelecimento dos requisitos necessários à obtenção do "SELO".

O presente Projeto de Lei visa validar a conformidade da empresa com sua política ambiental declarada e exigir que a empresa demonstre tal conformidade aos outros, além de intencional ser um instrumento de motivação, eliminação e redução dos impactos ambientais provocados por empresas, entidades e organizações em geral existentes no Estado do Paraná, e também, uma forma efetiva de Educação Ambiental para empresários, trabalhadores e à população em geral.

O Estado do Paraná já possui tradição na questão ambiental, tendo servido como exemplo para outros Estados da Federação. Por outro lado, as perspectivas da "Internacional Organization for Standardization (ISO)", tem incentivado a uma busca constante de melhores aspectos qualitativos do meio ambiente, visando uma vida sadia e com qualidade.

As expectativas de que todas as empresas e instituições do Estado do Paraná participem desse processo, comprometendo-se cada vez mais com o mundo em que vivemos, preservando-o e qualificando-o através de uso humano e ecologicamente correto.

PROJETO DE LEI Nº 131/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Cristã, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Cristã, vem desempenhando um trabalho de assistência social junto à comunidade carente de nosso Estado.

Tem se dedicado em socorrer as pessoas carentes e necessitados com, alimentos, roupas, utensílios domésticos, agasalhos, atendimentos odontológicos, médicos e jurídicos.

Prestando socorro imediato em casos de calamidade públicas como por exemplo a seca do nordeste e as enchentes no sul do país, como também levando aos encarcerados ajuda na alimentação, vestuário e material de higiene e limpeza.

Seu trabalho visa unicamente o resgate da dignidade e cidadania dos menos favorecidos, sem visar interesses financeiros pois trata-se de uma instituição filantrópica.

PROJETO DE LEI Nº 132/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declarada de utilidade pública estadual o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, com sede e foro naquela comarca e cidade de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, instituição civil e cultural fundada em 26 de novembro de 1931, destina-se a preservar a memória histórica e as tradições do "Berço da Civilização Paranaense".

Dentro das atividades desta instituição estão as de estudar o folclore regional e as línguas dos indígenas do Brasil, com especialidade dos povos que habitaram e dos que ainda habitam o território Paranaense. Manter vivo o culto as tradições do Paraná; comemorar as datas nacionais e prestar culto cívico a memória dos grandes vultos da nossa história, mantendo e cultivando o intercâmbio com as instituições congêneres do País e do estrangeiro, realizando reuniões mensais de acordo com o regimento interno.

Tendo em vista o exposto, achamos por bem ser a mesma merecedora da Lei de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Passamos a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, senhoras aqui presentes da Rede Feminina de Combate ao Câncer, é um prazer tê-las aqui. Senhoras abnegadas da sociedade que cuidam dessa doença tão triste que judia de tantas famílias. Sejam bem-vindas a esta Casa.

Senhor Presidente, venho aqui para falar de um assunto que muitos Deputados nesta Casa já se preocuparam e, enquanto não houver solução será um problema permanente que não podemos deixar de lado, pois é muito importante para o Paraná que esse problema seja resolvido.

Estamos às voltas da reforma tributária. O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que a reforma tributária deverá ter um princípio básico. Disse ele: "a reforma tributária é a neutralidade distributiva dos efeitos, sem que a União, os Estados e os Municípios queiram tirar um pedaço maior para si."

Senhor Presidente, senhores deputados, esse pedaço maior para si é o enfoque deste deputado que quer mostrar números, talvez inéditos aqui nesta Casa, com relação à geração de ICMS que não é cobrada pela energia produzida por nossas usinas,

energia essa que é vendida, principalmente, para o Estado de São Paulo.

Recebemos um trabalho feito por técnicos da COPEL através da empresa PROMEGE - Projetos e Montagens do engenheiro Paulo Magalhães e corroboração do engenheiro Rubens Guilhardi que nos deu uma planilha mostrando a realidade dos fatos.

Hoje no Paraná temos, depois da malfadada lei apresentada pelo atual ministro José Serra, na época da Constituinte de 1988, de lá para cá tivemos uma movimentação de venda de energia elétrica, gerada pelas usinas do nosso Estado no valor de mais de doze bilhões de Dólares. Esses doze bilhões foram gerados pelas usinas do rio Iguaçu, Osório, Santiago, 50% da usina de Itaipu e outras usinas da CESP na divisa do Paranaapanema.

Senhores Deputados, a geração de ICMS que foi deixada de recolher aos cofres públicos durante esses dez anos, se formos taxar ou colocar o ICMS que normalmente é cobrado na energia 0,33% chegaremos a uma evasão de 4 bilhões, duzentos e setenta e quatro milhões de Dólares. Isso praticamente é o orçamento do Estado do Paraná, que é de quatro bilhões e meio de Reais, que deixamos de receber.

Quero chamar a atenção da imprensa, aqui presente, para este detalhe importante. Nós estamos deixando de receber um ICMS, que por justiça é nosso e, que essa malfadada lei está fazendo com que o Estado do Paraná, faça geração dessa energia sacrificando, inclusive, as suas terras aráveis suas fertilíssimas terras. Quando da formação dessas usinas as terras foram alagadas, e hoje, informação da COPEL, senhores deputados em torno de 6%, do território do Estado do Paraná, estão alagados, deixando de produzir. Se fizermos a conta que só agora nós tivemos uma safra de mais de sete milhões e duzentos mil toneladas de grãos, chegaríamos facilmente a oito milhões de toneladas, se não tivéssemos essas terras inundadas.

Mas, não é por aí, o Paraná que é o quinto Estado da União, hoje presta esse serviço de geração de energia e transfere para o Estado de São Paulo, toda essa riqueza e, lá o Estado pega essa energia aplica o BDI, sua margem de lucro e depois ainda aplica o ICMS.

Essa energia é, claro, aplicada na produção, na geração de produtos semifaturados, faturados, que depois uma boa parte volta ao Paraná e nós compramos esses produtos com o ICMS embutido.

Então o que devemos fazer, uma sugestão desse deputado, acredito que estamos no "time" certo. O presidente da República deu prioridade agora, ao invés da reforma política, para a reforma tributária, e essa reforma vai começar a ser discutida agora.

Quero sugerir ao presidente, a todos os deputados que se preocupam. Claro, todos se preocu-

pam, com as finanças do Estado do Paraná. E quem esteve reunido com o secretário Giovani Gionédís, sabe muito bem da penúria que se encontra o cofre estadual. O momento é importante para nós formarmos uma comissão e trabalharmos juntos, a bancada federal, no sentido de tentarmos modificar essa lei, que impede que o ICMS, seja aplicado na energia que vendemos, essa energia gerada pelos nossos recursos hídricos. Sabemos que amanhã vamos ter a inauguração de mais uma usina, aqui no Paraná, a Usina de Caxias, que vai gerar mais de um milhão e duzentos mil mega watts e vai entrar na mesma canaleta: mais energia será mandada para fora do Estado do Paraná, sem termos incluído o ICMS.

Vejam os senhores, o ano passado, deixamos de receber 588 milhões de dólares em ICMS, só o ano passado, Senhores Deputados. Os senhores imaginam, porque é fácil fazer essa conta, se tivéssemos todo esse dinheiro, poderíamos robustecer nossos cofres, e fazer com que hoje, o governo não esteja aí atrasando o pagamento das empreiteiras, deixando de passar o Fundo Rotativo para as escolas estaduais, com toda essa dificuldade ele está fazendo a folha de pagamento, ninguém sabe como. Tanto sacrifício. BANESTADO sendo privatizado, com empréstimo de quatro bilhões e meio de Reais, para pagar em 30 anos. Enfim o Anel Rodoviário paralisado, por falta de recursos. Poderíamos até com esse ICMS, nem privatizar o nosso Anel de Integração, porque com quatro bilhões e meio de Dólares, nos últimos 10 anos teríamos feito todos esses benefícios. O salário do funcionalismo também poderia ser melhorado, nós sabemos que os funcionários públicos vivem dias difíceis.

Enfim, essa reforma tributária, é preciso que nós Deputados, junto com a bancada federal façamos um verdadeiro mutirão, no sentido de reestabelecer o princípio, como disse aqui o próprio presidente, de neutralidade distributiva de efeitos, para que ninguém fique com um pedaço maior para si, e o que hoje está acontecendo é isso. Se nós tivéssemos mandado todos esses recursos para estados mais pobres, até poderíamos ter uma certa compreensão. Mas, os senhores vejam, não tenho nada contra o Estado de São Paulo que é Estado pujante, a nossa locomotiva. Mas o Estado de São Paulo responde com mais de 53% do PIB nacional e ainda vamos robustecer mais essa economia, nesta forma perversa de aplicarmos a tributação.

O Sr. Orlando Pessuti

Concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Agradeço ao Deputado Divanir Braz Palma pela oportunidade que me dá de apartea-lo neste momento e dizer que concordo plenamente com o

que V.Exa. está afirmando desta tribuna e entendo, também, que este é o momento para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que a Associação dos Municípios do Paraná, para que a FEMOPAR, para que o governador, a vice-governadora, para que os deputados federais e os senadores paranaenses possam se unir e busca de reconquistar para o nosso Estado aquilo que é de direito do Estado do Paraná.

Lembro que em 1993 quando assumimos a presidência da Assembléia Legislativa do Paraná e ali permanecemos em 93 e 94, junto com as Assembléias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, instituimos o Conselho Parlamentar do Sul. O Deputado Luiz Carlos Zuk sempre foi nosso participante, deputado Algaci Túlio, Deputado Nereu Moura e outros Parlamentares sempre estiveram presentes às reuniões do Conselho Parlamentar do Sul. E este assunto, esta consideração que faz V.Exa. acerca das perdas que o Paraná vem tendo em função da imunidade tributária, hoje, existente na Constituição Federal em relação à energia elétrica que é produzida no Paraná e vendida para São Paulo e outros Estados, naquele momento nós já lutávamos por isso. Deputado Haully sempre foi por nós procurado, o Deputado Vilani sempre se colocou ao nosso lado nesta luta e outros parlamentares federais.

Hoje temos aí a oportunidade de rever essa questão. Porque não é justo o Paraná produzir a energia que produz através de Itaipu, de outras usinas hidrelétricas outrora da ELETROSUL, hoje da GERASUL, e essa energia sai do Paraná e não deixa aqui nenhum centavo de ICMS. Vai para São Paulo, Santa Catarina e outros Estados motivar, dar seqüência ao processo e industrialização e depois quando de lá para cá vem um produto desses, produzido com o apoio da energia gerada no Paraná, aí temos que pagar ICMS para São Paulo. É realmente um absurdo que o Paraná esteja perdendo mais de 400 milhões como diz V.Exa. por ano. Com a transparência da energia elétrica produzida aqui e levada para São Paulo, as outras usinas ainda têm aquelas ramificações para lá e para cá e a gente nem sabe direito onde está indo energia. Mas a Usina de Itaipu, você pega o linhão sai de Foz do Iguaçu, passa na minha cidade Ivaiporã, chega aqui em Itapeva, Itararé e vai tudo por São Paulo. Não deixa um centavo de ICMS e motiva, mobiliza toda economia paulista.

Então a reforma tributária é agora e agora é a hora de mobilizarmos a Assembléia, os federais, os senadores, o governador para que a gente possa modificar essa situação que só penaliza o Paraná. Desde que se inaugurou Itaipu estamos perdendo dinheiro de ICMS, porque a energia é produzida

aqui, mas o ICMS é recebido lá, no Estado de São Paulo.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço o aparte do Deputado Pessuti, que vem enriquecer a nossa bandeira. Na verdade, essa é a bandeira de todos os paranaenses, de todos nós deputados, porque não é justo e o próprio presidente admite que o nosso sistema tributário é deformado, provocando assim, aplicações de cargas de tributos errados, impostos errados, mal distribuídos, enfim, este é o grande exemplo gritante.

Então, fica aqui mais esta bandeira levantada, vamos continuar agora nesta luta, a reforma tributária vem aí e precisamos corrigir isso aí. Temos que acabar com essa perversidade, e trazer esse dinheiro que é do paranaense. Esse dinheiro, esse ICMS é gerado aqui nas nossas usinas, no nosso potencial hídrico, e temos que aplicar para o bem da nossa sociedade.

Temos muito onde investir, muito mesmo. O Paraná está em crise financeira - todo mundo sabe disso - e não podemos nos dar ao luxo de deixar mais de 588 milhões por ano, indo para cofres de outros Estados. É uma questão de justiça, é uma questão de honestidade, é uma questão de humanidade, e é uma questão de paranismo também.

Sei que a imprensa está atenta a isso, a "Gazeta do Povo" já abraçou a luta do gasoduto no Paraná, foi uma vitória nossa, da imprensa e de todos os paranaenses, agora é hora também, é o "time" certo de abraçarmos essa questão do ICMS, que ele seja taxado aqui, recolhido aqui e aplicado para a melhoria de vida de todo o nosso povo, toda nossa gente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado Fernando Carli.

O SR. FERNANDO CARLI

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Quero fazer uma saudação especial às senhoras da Liga Paranaense de Combate ao Câncer. Faço este cumprimento às senhoras em reconhecimento ao trabalho desenvolvido ao longo de mais de quatro décadas.

O Paraná deve muito às senhoras, não tenham dúvidas. Não só o Paraná de hoje, como principalmente o Paraná de amanhã.

Meu parabéns a todas vocês.

Mas, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, ao escutar o pronunciamento do nobre Deputado Divanir Braz Palma, não poderia permanecer calado, tendo em vista que o assunto que

ele abordou nesta tribuna, é deveras um assunto de grande interesse para o Paraná. E que foi motivo do primeiro pronunciamento que fiz nesta tribuna, quando relatávamos o prejuízo que o Paraná vem sofrendo a cada ano com a isenção de ICMS sobre a energia elétrica gerada por Itaipu.

E esta grande preocupação nós já tínhamos quando ainda prefeito da cidade onde nasci - Guarapuava - esse assunto já era um assunto palpitante, já era um assunto preocupante para todos os municípios, que estava se iniciando a geração de energia pela usina de Itaipu. E esta energia seria exportada para São Paulo e seria isenta de ICMS. Me aprofundei neste assunto, e talvez muitos não saibam o prejuízo que a isenção de energia elétrica na geração de Itaipu dá para o Paraná, mas também um prejuízo que causa a 98%, mais precisamente 99% dos municípios paranaenses.

Todos sabem como é composto o fundo do ICMS no Estado. O quê acontece? Tudo aquilo que é produzido, que é vendido em cada município paranaense, conta com valor adicionado, e estes valores vão para um bolo, e este bolo, ao final de cada mês é dividido entre os municípios que compõem o Estado, conforme o seu valor agregado e os outros índices como população, extensão territorial.

Pois vejam o que acontece. Foz do Iguaçu tem a sede da Usina. As turbinas de Itaipu estão no Município de Foz do Iguaçu e por conseguinte, todo o valor referente ao ICMS que deveria ser recolhido no Paraná e que não é, porque vai para São Paulo e é isento deste imposto, conta como valor adicionado para Foz do Iguaçu e aí quando vai se fazer a divisão do bolo tributário, do bolo do ICMS, Foz do Iguaçu, como todo o direito, recebe uma partilha proporcional a todo volume de ICMS que deveria entrar nos cofres do Paraná e que, na verdade não entraram, porque entraram nos cofres do Estado de São Paulo.

Então, Senhores Deputados, o que está acontecendo? Todos os municípios paranaenses estão subsidiando o município de Foz do Iguaçu com o ICM que ele tem direito, porque a Usina de Itaipu está em seu território. Mais uma distorção grave e com isso estamos assistindo o empobrecimento e a diminuição da renda de 99% dos municípios, mais um pouco, 98, porque isso também acontece com o petróleo. No Município de Araucária também, todos os derivados de petróleo que ali são trabalhados naquela refinaria e que são exportados para outros Estados, estão isentos de ICMS e para Araucária estes valores são contabilizados como seus e ele entra na partilha do ICMS do Paraná, contando com todo aquele valor agregado.

Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores. Este é um problema que já tem algum tempo e demanda muita luta e não poderia ficar cal-

ado, Divanir Braz Palma, porque venho da Câmara Federal e lá em Brasília, de entre as diversas Comissões que fazia parte, fazia parte da Comissão de Finanças e Tributação e apresentei, como deputado federal pelo Paraná, uma proposta de emenda à Constituição, porque este é um assunto constitucional. Está inserido na Constituição de 1988 e ficou configurado que a energia elétrica e os derivados de petróleo exportados para outros Estados, seriam isentos de ICMS.

Precisamos de um trabalho político e já levei esta preocupação ao governador Jaime Lerner e ele achou por bem fazer um trabalho conjunto e é isso que precisamos, para vencer esta luta. Não será fácil. Vamos enfrentar todo o poderio econômico, político e de influências que tem o Estado de São Paulo. Temos que nos aliar com outros Estados que também perdem, como é o caso do Estado do Rio de Janeiro, da Bahia e outros Estados que também, ou geram energia elétrica e exportam, isentas de ICMS, ou produzem petróleo. É uma distorção gravíssima, porque, vejam os senhores, São Paulo já leva vantagem em diversos sentidos e neste é brutal a vantagem. São 400 milhões de dólares todo o ano que recebe de energia isenta de ICMS. Usa essa energia para industrializar os seus diversos produtos, porque São Paulo é um grande produtor de máquinas e equipamentos e vende esses produtos para outros Estados e para o Paraná e temos que pagar o ICMS.

Vejam só: existe a discussão de uma reforma tributária e digo aos senhores pela experiência dos quatro anos que fiquei em Brasília. É muito difícil sair a reforma tributária. O governo federal não quer a reforma tributária. Eu fazia parte da Comissão Especial para a Reforma Tributária também e em nenhum momento houve vontade política do Executivo federal para que ocorresse essa reforma tributária, mas o momento é propício, o momento dos acertos, das negociações. Quando assistimos o país quebrado, os Estados quebrados, as reivindicações em todos os sentidos, os acertos de contas, os ajustes, os entendimentos. E a hora de nos unirmos numa causa paranista, para que consigamos que esses recursos, que são do Paraná, fiquem no Paraná. Uma solução seria taxarmos tudo no destino.

Então a energia elétrica saída do Paraná iria para São Paulo e seria taxada no destino como é feita hoje só que todos os produtos que fossem produzidos em São Paulo, também sairiam de São Paulo e viriam para o Paraná e para os demais Estados e seriam taxados aqui no destino final, e não na origem. É uma distorção que deve ser reparada. Mas digo aos senhores, precisamos da força, da união da compreensão, do companheirismo e, acima de tudo, do espírito paranista que, tenho certeza, tenho convicção que é a ala-

vanca que move o andar e a perseguição de dias melhores de todos os paranaenses. É essa luta que nos faz nos manter em pé, nos motiva a continuar defendendo os interesses do Estado do Paraná. Sabemos das nossas necessidades, sabemos que precisamos de recursos, sabemos onde esses recursos estão, para isso precisamos de recursos, sabemos onde esses recursos estão, para isso precisamos lutar. E peço aos senhores, vamos juntos nessa luta, tenho certeza que poderemos ser vencedores.

Digo aos senhores, o Governador Jaime Lerner está sensibilizado, tenho certeza de que a bancada federal também está sensibilizada. Essa proposta de emenda à Constituição que está lá em Brasília precisa de força política, precisa de "lobby" político para que possa andar, para que possa ser aprovada e para que ela possa andar, para que possa ser aprovada e para que possa ir a Plenário e que assim possamos sanar essa parte da Constituição que nos dá prejuízos todo ano, e um prejuízo considerável, vejam os senhores, 400 milhões de dólares. Isso representa, praticamente, 20% do orçamento realizado no ano passado pelo nosso Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, com o Deputado Algaci Túlio e a Deputada Serafina.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, amigas, companheiras voluntárias da Rede feminina de Combate ao Câncer, nossa incansável presidente Edite Pizzatto e as suas demais companheiras.

Não sou muito afeito à leitura de pronunciamentos, mas hoje, em função deste momento tão importante que é, quando a Assembléia homenageia a Rede Feminina de Combate ao Câncer, passar para os senhores parlamentares um pouco da atividade, da muita atividade dessas senhoras aqui presentes, que embelezam esta Assembléia e que, certamente, no anonimato de cada uma delas, tenho certeza absoluta, atenderam e trataram de muitos pacientes que vieram das regiões de cada um dos Senhores Parlamentares.

(Lê): "vida - objetivo - lealdade - união - necessidade de serviço - transformação - amizade - respeito - igualdade - amor - disponibilidade - opção de vida". Essas palavras significam voluntariado.

Será que num mundo onde a violência passou a fazer parte do dia-a-dia, onde a segurança pública é o serviço mais requisitado e desejado pela população urbana ou rural - será que ainda existem pes-

soas que fazem o propósito de ter em suas vidas um ideário como esse, que pode ser traduzido nas duas palavras mágicas: Fraternidade e solidariedade àqueles que precisam de apoio e de amor para sobreviver?

Talvez o número dessas pessoas não seja aquele que seria preciso para este mundo, para que a nossa sociedade fosse a ideal, onde o respeito de uns pelos outros predominasse. Mas, graças a Deus existem muitas pessoas que ainda dedicam todo o seu tempo, ou parte dele, para atender pessoas carentes em diversas áreas. Existem pessoas que, como anjos terrenos, sacrificam-se para construir outros. Para levar saúde, alegria, força a muitos.

A Rede Feminina de Combate ao Câncer é exemplo para todos nós, de que ainda existe muita solidariedade e fraternidade neste mundo. Criada há 45 anos - no dia 18 de março de 1954; teve como sua primeira presidente a senhora Anita Merhi Gaertner e como suas companheiras de diretoria as senhoras Nazira Guimarães, Erica Walbach, Adelaide Scarpa, Edite Pizzatto e Maria de Lourdes Fernandes Lima.

Há 45 anos a Rede Feminina de Combate ao Câncer realiza um trabalho dignificante, voltado aos portadores de câncer. Surgiu a necessidade de se complementar a Liga Paranaense de Combate ao Câncer, com o trabalho feminino na gigantesca campanha que então iniciavam para mostrar que o câncer não é uma doença incurável, mas que pode ser vencida desde que o paciente tenha os cuidados médicos e a atenção para seu modo e condições de vida.

E assim surgiram os “Anjos Cor de Rosa” que é a cor do uniforme que usam as mulheres que, voluntariamente, dão o seu apoio - através do trabalho que se projeto sobre uma infinidade de atividades - à luta contra o câncer.

Hoje, apenas em Curitiba, lideradas pela senhora Edith Pizzatto - que hoje é a sua presidente de honra, a Rede Feminina de Combate ao Câncer conta com mais de 200 voluntária que exercem atividades como dar apoio ao paciente e sua família, até a roupa do Hospital Erasto Gaertner - onde atuam - a promover a comunicação entre os pacientes e seus familiares, a arrecadar fundos para o trabalho desenvolvido, a promover campanhas de esclarecimento, de prevenção contra o câncer, até a parte recreativa, quando as voluntárias preparam e realizam atividades com as crianças, diárias, ou em datas como Páscoa, Natal, Dia das Crianças.

São 18 os setores em que as voluntárias atuam, atendendo os pacientes carentes do Hospital Erasto Gaertner e ainda em 14 regionais que contam com o trabalho voluntário de mais de 300 senhoras. Apenas para se ter uma idéia do trabalho que

desenvolvem, assistindo a um contingente de pacientes carentes, por ano gerou:

61.539 - Atendimentos Ambulatoriais
5.578 - Casos Novos
3.364 - Cirurgias - sendo 217 de pediatria
4.533 - Pacientes em quimioterapia
10.637 - Pacientes em radioterapia

Isso é apenas parte do serviço extraordinário que é realizado por essas voluntárias. E muitas dessas mulheres-anjos, passaram a dedicar-se a esse trabalho voluntário depois de terem sofrido com um câncer. Por exemplo, muitas são como nossa amiga, senhora Elga Guedes Pereira que depois de ter lutado para vencer um câncer - e venceu - há 10 anos é voluntária de Rede Feminina de Combate ao Câncer.”

Senhor presidente, deputado Anibal Khury, que hoje desceu especialmente para esta sessão para também prestar a sua homenagem a cada uma de vocês que fazem este trabalho extraordinário.

O Presidente tem tido este horário muito ocupado em seu gabinete e hoje fez questão absoluta, quando tomou conhecimento, quando fui ao seu gabinete pedir a permissão para que saíssemos um pouco do rotineiro da Assembléia para que pudéssemos prestar esta homenagem à Rede. Disse o presidente: faço questão absoluta de descer, de presidir a sessão em homenagem a essa gente maravilhosa, a esse grupo de voluntárias da Rede Feminina de Combate ao Câncer, na qual se inclui a nossa deputada Serafina Carrilho.

Apenas alguns registros do trabalho desse exército de voluntárias para que, ficando registrado nos Anais desta Casa, aqueles que vierem possam avaliar a justiça dessa homenagem que hoje a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná presta à Rede Feminina de Combate ao Câncer por ocasião dos seus 45 anos de atividade.

Que Deus, em sua infinita bondade, possa fortalecer a todas as voluntárias da Rede, que possa dar à senhora Edite Pizzatto, batalhadora incansável desta luta extraordinária e dignificante: à senhora Izolde Paranhos, que hoje com tanto amor, dedicação e capacidade administrativa também gerencia essa Rede Feminina, que até poderíamos dizer Rede do Amor, Rede da Solidariedade, Rede da Fraternidade de Combate ao Câncer, que possa Deus dar muita força, coragem e muita saúde para que vocês continuem nesta luta. Aceitem as congratulações desta Casa e também o louvor que lhes é prestado neste momento, mas por favor continuem sendo os anjos cor de rosa para que nos mostrem que vale a vida pelo trabalho, pelo amor que nela colocarmos, e que vale dar amor e respeito ao próximo, principalmente ao carente e às crianças. Que Deus abençoe a cada uma de vocês.

A minha parte era apenas este preâmbulo que faço, porque é com muito prazer que esta Casa se sente honrada, dignificada, orgulhosa com a presença da sua única deputada eleita no último pleito eleitoral. E esta deputada é também uma voluntária, além do seu trabalho voluntário como parlamentar, que a vida do parlamentar também é o voluntariado, mas ela não se conteve apenas a esse trabalho, e faz na Cidade de Maringá um extraordinário trabalho, onde lá também se instalou a Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Gostaria que hoje, para satisfação de todos nós, pudéssemos, por coincidência também nesta data, pela primeira vez ouvirmos aqui desta tribuna a presença da nossa deputada Serafina Carrilho, integrante da Rede Feminina de Combate ao Câncer. Esta homenagem também é para você, Serafina, pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pelo seu amor aos mais carentes, por essa dádiva que você na verdade é em Maringá, e esse trabalho que você lá fez te premiou trazendo-a até a Assembléia, com a certeza que com um mandato Parlamentar você poderá fazer muito mais ainda em favor daqueles mais necessitados.

Tem a palavra na continuação, senhor presidente, me permitindo, fugindo do Regimento Interno da Casa, para que possa dividir esta homenagem com a minha companheira Serafina Carrilho.

Tem a palavra, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra à Deputada Serafina Carrilho.

A SRA. SERAFINA CARRILHO

Senhor Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados.

Hoje é dia de muita alegria para mim, estar estreitando esta tribuna, e poder neste dia agradecer a presença da equipe do Erasto Gaetner, a presidente da honra da Rede Feminina de Combate ao Câncer, de Curitiba e de todo o Paraná, dona Edite Pizzatto, podemos dizer que aprendemos amá-la pelo seu grande trabalho feito diante de tantas pessoas portadoras de câncer; a Izolde Paranhos, coordenadora; as nossas companheiras voluntárias, como disse o deputado Algaci Túlio: "Anjos Cor de Rosa". Somos chamadas "Anjos Cor de Rosa" por poder estender a mão àquela pessoa que sofre de um câncer ou de uma leucemia ou de qualquer doença de câncer que passa por nossas mãos.

Hoje, pedimos a Deus que Ele esteja abençoando cada uma de vocês, cada uma de nós, que temos a incumbência de poder servir o nosso irmão, que sofre dessa terrível doença.

Gostaria também de dizer da minha pessoa, de como cheguei aqui. Tive uma trajetória de uma

vida voltada à assistência social. Há 33 anos moro em Maringá, a terceira cidade mais bonita, onde muitas pessoas gostariam de morar. Na minha vida, dos meus 20 anos para cá, só tenho atendido pessoas portadoras de todos os tipos de doenças, podendo estender a mão aquele que tem fome. Temos um trabalho grande. Muita gente critica pessoas que vão atender penitenciárias e cadeias, mas tivemos o privilégio de tirar um preso que estava condenado e, hoje, reintegrado na sociedade, pode me chamar de mãe. Trabalho com andarilhos na nossa cidade, entregando sopa de madrugada, falando do amor de Deus a cada um, podendo levar na frente o nosso Deus, que é o nosso baluarte, que nos trouxe aqui, nessa trajetória, de um trabalho feito voltado aos carentes que passam por nosso caminho.

Hoje, agradeço a Deus por estar aqui, por muitos amigos. Primeiro a Deus, depois, o trabalho e os amigos que nos cercam.

Quero dizer, nesse momento, a cada Deputado que está aqui presente, que olhe com carinho a área de assistência social. Muita gente me chama de coitada, "ela não sabe fazer nada". Mas se Deus me coloca num pedestal, como esse, para podermos ajudar, quero testemunhar isso perante os deputados, que a nossa Rede de Maringá, na qual temos o privilégio de ser liga de Curitiba, da Edith Pizzatto e da Isolda e da Rede de Curitiba - quando recebemos uma farmácia para atender os nossos doentes portadores de câncer e que essa farmácia foi dada pela Central Geral de Dízimos, que são os dízimos de empresários de São Paulo, que escolheram a Rede de Maringá pela sua idoneidade e pelo seu trabalho levantado.

Quantas vidas foram curadas, através do nosso carinho e amor, de todas as voluntárias, não só da Serafina, não. Serafina sozinha não faz nada.

Nesse dia tinha Deputado daqui, quando nós recebemos há seis anos atrás - na hora de entregar essa farmácia, a papelada, um deputado se levantou e falou: eu me sinto tão pequeno! Tão pequeno! Eu, voltado para grandes projetos, estou esquecendo de projetos para salvar vidas de pessoas com câncer e doentes.

E ele disse: a partir desse momento vou servir a entidade. Quero ser um deputado que ajuda a fazer grandes projetos e também projetos que salvam vidas.

Agradeço a Deus por estar aqui hoje, podendo ser membro, ser voluntária de Maringá, onde como vereadora, ganhamos um terreno, a sede de um posto que foi desativado. Dentro da sede temos três médicos ginecologistas fazendo a prevenção do câncer na mulher; Quantas mulheres pudemos salvar de um câncer de mama ou de útero, dando palstras em empresas e levando para fazer a

prevenção. É essa a nossa caminhada na terra: estender a mão às pessoas necessitadas.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Como a minha vida é um livro aberto, eu me emocionei com o deputado Algaci Túlio e me emocionei com a senhora porque ninguém aqui conhece melhor, eu sou muito reservado, sou muito fechado, e todo ano acompanho esta minha mãe, a Dona Edite, com aquela propaganda, com aquele merchandising das crianças, e eu estou acompanhando a vida daquela lourinha que desde nenezinho aparece na televisão. E queria dizer a senhora que a minha vida é marcada pelo câncer, eu perdi já 4 pessoas da família, perdi uma no Erasto Gaertner, que não tinha mais condições, mas ela foi tratada como um ser humano, lá dentro.

Depois veio o meu neto, o Marquinho, não teve condições de ser operado aqui, tive que levá-lo para o Alberto Einstein, em São Paulo, com o doutor Pagura, onde foi colocada uma válvula, para sair a água. Hoje meu neto está com 8 anos, vem aqui, senta na minha mesa, liga para mim, eu pergunto - como vai a cabecinha? "Não, vovô fica tranqüilo o senhor vai morrer primeiro, eu vou viver". Isso me deixa muito feliz.

Perdi em dezembro mais um cunhado, com câncer, perdi agora, sexta-feira, meu sogro, no banheiro, em casa... então é uma luta que quem tem na família sabe o que representam estas mulheres aqui.

O Algaci falou como coração, a senhores está falando com o coração a Dona Edite, quando aparece na televisão fala com a alma, com o coração.

Só queria que a Dona Edite fizesse, porque teria que ser feito. Também tenho um gabinete na Assembléia que é chamado de gabinete da miséria. Aliás, esqueci de contar de outro cunhado que morreu com psoríase que é um tipo de câncer diferente. E consegui, através de Cuba, trazer pomadas, em Santa Catarina agora tem um laboratório, tenho as minhas crianças que forneço pomadas para psoríase.

Então, viu Edite - vou chamá-la de Edite, como se você fosse minha mãe, se você quiser me aceitar. Estes dias, vi a propaganda de uma menininha, que aparece com um desenho. Este é o papai, esta é a mamãe, e esta sou eu. Na cadeira de rodas. Então, quando ela aparece, já pego no telefone e faço a minha doação. A minha mulher já fala - mas todo dia? Agora apareceu uma outra propaganda do menininho, que só aparece os pezinhos, do problema renal. Aparece a propaganda daquilo já me derruba, pego o telefone e faço a doação. Gostaria que a D. Edite, por favor, fizesse este mesmo merchandising, na televisão. Temos várias agências de propaganda, se a senhora quiser, com a minha produtora, na CNT, posso

também ajudá-la a editar, que a senhora faça uma chamada lá, que cada um ajude o Hospital Erasto Gaertner, ajude a Liga Paranaense de Combate ao Câncer.

Tenho este problema na família, o Deputado Orlando Pessuti é o único Deputado que sabe, nesta Casa, o que passo com a minha família. Então é muito fácil falar, câncer, câncer, câncer, difícil é você viver ali. É muito fácil você cuidar de uma criança com câncer, difícil é cuidar de um idoso com câncer. O mais difícil é você pegar o idoso e levá-lo ao banheiro. Isto elas fazem. Criança, é fácil, você pega no colo, agora, sei o que eu passei nesse mês inteiro, eu o que a minha esposa passou o mês de dezembro inteiro, de pegar o meu cunhado e levar ao banheiro, trazer do banheiro e passar noites e noites acordadas. Sei o sofrimento que passei, se não fosse o Deputado Anibal Khury, na época do meu neto, de eu ser assaltado e violentado em São Paulo, e o Deputado Anibal Khury ali junto comigo, a dona Niva junto comigo para ajudar-me salvar a vida do meu neto.

Então, queria dona Edite, por favor, vamos fazer um merchandising na televisão. Gostaria que a senhora aparecesse com aquelas crianças lindas que a senhora tem ajudado a salvar, e toda esta cor linda que está aqui. Principalmente aquela menininha linda. Tem uma menininha que sou apaixonado por ela porque a conheço desde nenezinha, quando a senhora trouxe ela, nenezinha, e fez a campanha. Aí no quadro ela está com a senhora lá no meio. A senhora começou a campanha com ela. A senhora lembra que ela foi crescendo, crescendo... mas a senhora só faz a campanha do cartão postal. Não, agora esta Liga tem que levantar e vamos fazer uma campanha, colocar um 0800, 0700, o que for, vamos pedir, 5, 10, 15 reais para ajudar a salvar as crianças que têm câncer no Paraná, e ajudar a salvar o Hospital Erasto Gaertner, ajudar a salvar a Liga Paranaense de Combate ao Câncer. Que Cristo - sou muito apegado a Cristo, ele é meu irmão porque ele é filho de Deus.

Em nome de Cristo que habita a minha alma, que habita o meu lar, em nome da cabeça do meu neto, eu lhe saúdo Deputado Algaci Túlio e saúdo essas mães maravilhosas, que embalam o berço, têm o direito de reger o mundo, e muito mais, estão salvando vidas no Estado do Paraná. Que Deus, Cristo, vos abençõe.

Conte comigo sempre!

A SRA. SERAFINA CARRILHO

As palavras suas são verdadeiras.

Geralmente as pessoas só dão valor ao câncer quando há casos na família. É o que ele disse.

Estamos todos os dias aliviando a dor, dando banho, acariciando e orando por essas vidas. E dire-

cionando para que tenham um tratamento mais adequado.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputada, quero também fazer coro aqui e cumprimentar Vossa Excelência e o deputado Algaci Túlio e todas as senhoras que aqui estão.

Sou Deputado de Londrina, mas, a exemplo do Deputado Alborghetti tenho colaborado com toda a Região Norte. Temos lá em Londrina uma casa que leva o nome de Madre Leônia Milito, que atende aquelas pessoas que vêm de fora, que estão em tratamento de quimioterapia ou radioterapia.

E são atendidas lá nesta casa que é mantida pelas irmãs que fazem parte da mesma formação da saudosa irmã Madre Leônia Milito, que tem feito inclusive milagres lá com o voluntariado.

Então, quero cumprimentá-las e fazer das palavras do Deputado Alborghetti as minhas, porque também tenho acompanhado a dona Edite.

Acho que a senhora já está criando aí uma bela escola no Paraná, porque a senhora tem feito esse trabalho com o coração. E quem faz com o coração recebe realmente as coisas do coração.

Então, Deputado, quero deixar aqui registrado e lamentar profundamente. Outro dia, viajando, vi na carroceria de um caminhão escrita uma frase que me marcou muito: “a dor do calo do rico é muito maior que a dor do câncer do pobre”.

Mas o rico sente a dor que às vezes nem o dinheiro compra, que é calor humano, quando ele tem algum problema na família.

Então, acho que a pior pobreza é a pobreza de espírito se não tivermos tanto dinheiro necessário para manter, que tenhamos, pelo menos, a riqueza de espírito de entendermos que esse é um trabalho sagrado, porque é feito com as mãos sagradas do voluntariado.

Quero cumprimentar e dizer que vejo com muita simpatia. Tenho divulgado em meu programa esse trabalho, em especial do Hospital de câncer de Londrina que também luta com muita dificuldade. Lá existem pessoas que são abnegadas e que nunca aparecem, mas que ajudam ao semelhante nessa situação caótica e vergonhosa que vive a saúde pública do Brasil. Ainda temos muito a combater. O Brasil está perdendo mil crianças de 0 a 5 anos por dia, literalmente, porque não tem o que comer.

Vejo com muita simpatia, não tive em minha família ninguém com câncer, mas gostaria muito de continuar esse trabalho, em especial, porque é voluntário, e fazer a defesa dessas almas sagradas que usam o seu tempo em prol dos mais carentes. Parabéns a Vossa Excelência que representa as mulheres aqui e dizer que a rede feminina cada vez aumenta mais, não só os membros, mas em simpa-

tia, em solidariedade e em reconhecimento das pessoas do Estado do Paraná.

Parabéns.

A SRA. SERAFINA CARILHO

Gostaria de agradecer a homenagem que foi feita no dia da minha posse pelo nosso querido presidente Anibal Khury.

Ele dizia em verso: como minha mãe dizia: uma santa rezando e outra ouvindo!

Quero agradecer de coração as palavras do presidente Anibal Khury. E agradecer também a Dona Niva. Mulher corajosa, valente. Mulher que cuida das pessoas carentes e que na Associação de Mulheres de Deputados tem feito um brilhante trabalho. E dizer o nosso muito obrigado por ela estar ajudando também a Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Gostaria de pedir ao Presidente Anibal Khury para conceder a palavra à Sra. Edite Pizzatto.

Muito obrigada.

Quero dizer aqui a minha mensagem, que Deus esteja na frente, na retaguarda, abençoando cada ato de suas vidas.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra à Sra. Edite Pizzatto.

A SRA. EDITE PIZZATTO

Deputado Anibal Khury nosso grande amigo Presidente da Assembléia, esta criatura que temos dentro do nosso coração. Ele e Niva são duas criaturas extraordinárias. Também agradecemos a gentileza de todos os Deputados aqui presentes, porque é uma honra estarmos neste ambiente, onde tantas coisas se dizem, tantas coisas acontecem e tantas coisas se valorizam.

Do Algaci tenho muito a dizer. Há muitos e muitos anos conheci o Algaci e ele continua ao nosso lado em todos os nossos trabalhos, em nossas atividades com os doentes carentes, com as crianças portadoras de Câncer.

Deputado Alborghetti falando e nos incentivando a uma grande campanha.

Revendo esses 45 anos passados, lembro muito bem do início das nossas campanhas. Naquela época não tínhamos a condição de pronunciar a palavra câncer. As pessoas ficaram horrorizadas.

Quando o Hospital Erasto Gaertner foi construído, algumas famílias que moravam em frente ao terreno, da construção, mudaram-se. Achavam que o câncer era tão contagioso que morando perto do hospital, iriam naturalmente ser atacadas pela doença. Então vejam os senhores, como a nossa luta foi grande. Dona Anita e eu, quando visitávamos

alguém, ela dizia: você viu nos olhos, uma maneira feia.

Sabe o que eles pensam: lá vem as mulheres do câncer.

Então, tínhamos uma dificuldade muito grande. Mas, com o passar do tempo a doença progrediu também, aumentou muito e foi atingindo a muitas famílias. Hoje quem não conhece, quem não acompanhou um paciente com câncer.

Aquilo que o Deputado Alborghetti falou, sabemos bem e sabemos da dificuldade daqueles que não têm condições para se tratar, que lutam, que procuram um hospital especializado. Sem assustar, mas quero contar que hoje, nos dias de hoje, o Hospital Erasto Gaertner dá um atendimento diário de 1.100 pacientes com câncer, luta com uma dificuldade muito grande, porque 80% são doentes carentes.

Mas, nos regozijamos com aquele trabalho voluntário aquele trabalho voluntário aquele trabalho de carinho, de amor, que nós estendemos dentro do hospital. Os dias são cheios. São cheios de problemas, lá são momentos que nós rimos, que nós choramos, mas nós estamos conscientes que ser voluntária dentro de um hospital como esse é crescer para si e para os outros. É maravilhoso!

Ontem ainda na nossa reunião dizíamos: Quem dera pudéssemos contagiar mais pessoas, mais mulheres que sejam voluntárias não precisa ser só no Hospital do Câncer. Mas, que tenham olhos para enxergar a pobreza ao seu redor, e isso estamos sentindo nos dias de hoje, estamos vendo pessoas que já são mais atentas ao que passa ao seu lado. Porque basta caminhar numa rua da cidade para a gente encontrar miséria, tristeza e doença.

Então acho que ser voluntária é uma coisa grandiosa, porque está deixando a sua família para entrar em contato com pessoas desconhecidas, a quem elas dão todo o carinho. Aquelas enfermeiras do hospital cheias de pacientes pobres. A eles justamente é levado um carinho maior, uma palavra que o faça sentir que tem alguém que zela por ele. E assim é a nossa vida.

Algaci disse tantas coisas bonitas, disse ontem, disse hoje. Temos Algaci dentro do nosso coração. Alborghetti também conhece bem a luta, já sofreu, eu também já passei por dissabores grandes, mas tive o privilégio de ter saúde, de ter disposição, de ter aprendido muito com Anita Gaertner. Então hoje me encontro numa condição assim, favorável. Tenho tudo para continuar trabalhando. Completei meus 80 anos com essa disposição, esta alegria de viver e de doar.

Agradeço a Deus, por toda a saúde que ele me deu. Que eu possa ainda distribuir carinho aqueles que não têm.

Agradeço a toda a gentileza e este momento para nós foi gratificante, porque esta Casa que temos como um progresso, como uma Casa onde se ouvir alguma coisa de bom, que nos incentiva nos meios políticos, que nos ensina a acreditar nas pessoas e continuar lutando por este Paraná, por este Brasil e por um dia melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Agradecemos a presença das senhoras e moças componentes da Liga Feminina de Combate ao Câncer e em nome desta Casa, consultando a liderança dos partidos, vamos conceder à Associação das Mulheres de Deputados que já vêm ajudando a Liga, é bem verdade que o auxílio é pouco mas é o que as senhoras dos deputados podem fazer e têm dado preferência à Liga de Combate ao Câncer. As lideranças concordaram, dentro da nossa economia, em ceder à Associação das Senhoras dos Deputados, que irá repassar à Liga Feminina de Combate ao Câncer, a importância de cem mil reais.

A Liga de Combate ao Câncer fundada por Anita M. Gaertner no ano de 1954, tem lutado com grande sacrifício e agora, por muito tempo, graças a Deus, está na mão da nossa querida Edith que vem conduzindo com carinho e com abnegação e até passa da condição humana.

Meu pai morreu de câncer, minha mãe morreu de câncer e, recentemente, meu irmão. Avaliamos o sofrimento das famílias que têm casos de câncer, principalmente aqueles menos citados. O câncer é uma doença terrível que precisa muita abnegação da família e principalmente daqueles que compõem uma associação como a Associação Feminina de Combate ao Câncer.

Conhecemos a dona Anita, conhecemos o seu esposo, o professor Erasto Gaertner, grande líder político, prefeito de Curitiba, Deputado Federal, um abnegado que infelizmente a vida lhe foi dada por pouco tempo. Dona Edith, a senhora considere que aqui na Assembléia, os Deputados, através das suas esposas, olharão como vêm olhando com muito carinho para essa instituição. Ela honra Curitiba, honra o Paraná e honra o Brasil.

Muito obrigado pela presença.

Suspendo a Sessão por cinco minutos para cumprimentar as nossas homenageadas.

Está reaberta a Sessão.

Passamos ao Horário das Lideranças:

No horário da Liderança do PSDB, concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dona Edith Pizzatto, mulher de coragem, virtuosa e que tem feito da ação e defesa da Liga, em defesa do câncer, um trabalho de excepcional qualidade e sobretudo de uma grandeza humana sem parâmetros. Aqui receba, toda a equipe, o reconhecimento desta Casa e, com certeza, deste Deputado também. À nossa Deputada Serafina Carrilho que temos orgulho de estar na bancada do PSDB, também receba o nosso carinho, o nosso apreço e sobretudo o reconhecimento pelo trabalho que tem feito na região de Maringá, razão pela qual, o reconhecimento ao vosso trabalho, ao vosso amor dedicado àqueles necessitados das horas mais difíceis, hoje representa a parcela da população do Paraná e porque não dizer, da mulher paranaense nesta Casa. V.Exa., Deputada Serafina, dignifica o trabalho da mulher, especialmente na questão social. E esta Casa a reconhece com tal feito.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna neste momento solene, inclusive com a presença da Liga Feminina de Combate ao Câncer, para trazer informação à Casa a respeito de uma ação de violência que aconteceu há cem dias a uma mulher. Uma mulher lutadora, uma mulher disposta, uma mulher que se doou em servir à comunidade do seu Estado. E ela como integrante do PSDB de Alagoas, o partido nas Sessões do Estado está fazendo uma homenagem e lendo uma Carta de Repúdio, historiando um pouco do que foi essa mulher, não só para Alagoas mas também para o Brasil, como forma de definição, de coragem e de afirmação da mulher no nosso meio.

(Lê): “No dia 16 de dezembro, o Brasil ficou chocado com a notícia do brutal assassinato da Deputada, Ceci Cunha, a tiros de espingarda, em Maceió. Na chacina também foram assassinados o marido da Deputada, Juvenal Cunha; o cunhado, Iran Carlos Maranhão; e a sogra da irmã, Ítala Neide Maranhão Pureza.

O crime ocorreu uma hora depois da cerimônia de diplomação dos Deputados eleitos em 98, no Fórum de Maceió. “O Brasil inteiro foi atingido com uma violência carregada de ódio”, definiu o Presidente Nacional do PSDB, Senador Teotônio Vilela Filho.

Médica obstetra, Ceci foi a primeira mulher eleita para a Câmara Federal por Alagoas. Principal aliada do Presidente Fernando Henrique Cardoso no sertão e no agreste alagoano, Ceci foi vereadora de Arapiraca por duas vezes e, em 98, foi eleita para seu segundo mandato como deputada federal, com 55 mil votos. Importante liderança no Estado, Ceci iria assumir a Presidência do Partido em Alagoas.

Em nota oficial publicada logo após o ocorrido, o PSDB repudia o crime e exige a apuração completa e a punição dos culpados. “O Brasil está

indignado, a sociedade revoltada e o PSDB, de luto”, diz a nota. Basta de impunidade! Basta de omissão! O povo brasileiro não aguenta mais assistir aos desmandos, à arbitrariedade, à desfaçatez de covardes que invadem um lar e metralham pessoas de bem”, completa.

Em outra nota oficial, o líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Aécio Neves, ataca a ação do crime organizado em Alagoas e pede providências. “Não se pode permitir que assassinos covardes, que se escondem na sombra de pistoleiros brutais, continuem convivendo com pessoas de bem”, diz a nota.

Uma comissão de parlamentares do partido foi a Maceió para acompanhar o início dos trabalhos da Polícia Federal e da Polícia Civil para elucidar o crime e mostrar que o PSDB tem total interesse na rápida apuração dos fatos e pretende acompanhar dia-a-dia as investigações.

Apesar do recesso parlamentar, o Congresso Nacional também se mobilizou. Uma comissão especial de sindicância foi instalada na Câmara, com o objetivo de apurar a participação do deputado Talvane Albuquerque no assassinato da Deputada. O relatório final da Comissão recomenda a cassação de Talvane por quebra de decoro parlamentar, acusa o deputado de cometer os crimes de descaminho, receptação e favorecimento pessoal, além de financiar a fuga de assessores que também estariam envolvidos no crime.

Segundo a Comissão, as principais evidências de que o Deputado está envolvido no crime de Ceci, são o fato de Talvane ter comprado dois coletes à prova de bala das mãos de um contrabandista de armas do Paraguai e de seus assessores terem enterado os coletes em Arapiraca, dias após a morte de Ceci.

A Executiva Nacional do PSDB Mulher organizou uma manifestação, no dia 06 de janeiro, com a participação de parlamentares de diferentes partidos, familiares e amigos da Ceci. Foram jogadas flores no lago em frente ao Congresso Nacional e uma faixa foi erguida por familiares e amigos da Deputada, pedindo justiça.

No dia 13 de janeiro, o Presidente Nacional do PSDB, Senador Teotônio Vilela Filho, fez um emocionado discurso no Plenário do Senado, no qual lembrou a trajetória pessoal, humanista e política de Ceci, de quem era amigo pessoal. “Hoje ela virou referência para o partido e para o Congresso”, afirmou.

O Senador tucano recebeu o aparte de 15 senadores de diferentes partidos, entre eles o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado. “Como líder do partido, com o coração indignado, repudio o crime contra uma deputada de coragem, de coração

grande, que nunca guardou ódio em seu coração”, disse.

Na tarde do mesmo dia, o Salão Negro do Congresso ficou lotado para a missa em homenagem a Ceci. Compareceram à missa o vice-Presidente da República, Marco Maciel, o Presidente do Congresso, Senador Antônio Carlos Magalhães, o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, líderes do Partido e Governo, familiares e centenas de Parlamentares, lembrando a sua passagem, mulher alagoana, que luta contra as dificuldades, mas que teve a coragem de enfrentar aqueles que são os inimigos do povo do nosso país.

Esta data, certamente marcada e marcante, não poderia ficar sem registro aqui nesta Casa.

Por isso, em nome do PSDB, em nome da bancada do PSDB, é que fazemos tal registro, para que não só a Ceci, por ser uma Deputada, por pertencer à bancada do PSDB, mas o PSDB se preocupou, enquanto partido, enquanto organização, com toda situação que gere violência em nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em número de três (03), de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação da Lei nº 4.978, de 05.12.64 (Conselho Estadual de Educação). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 15/99

P A R E C E R :

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 15/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que objetiva alterar a redação do § 2º, do art. 71 da Lei nº 4.978, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação. A proposição recebeu emenda do nobre Deputado Ângelo Vanhoni no Plenário da Casa, durante a 2ª discussão.

FUNDAMENTAÇÃO

A emenda contraria, frontalmente, a idéia do autor do projeto, que ao alterar a Lei nº 4.978, visava possibilitar melhores condições no trabalho do Conselho Estadual de Educação. Se aprovada for a emenda, a proposição em tela não teria razão de existir, pois a lei não seria alterada, ficando com a redação original.

CONCLUSÃO

Assim sendo, nosso parecer é contrário à emenda ao Projeto de Lei nº 15/99.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Apoiamento:

Serafina Carrilho, Nereu Moura, Duílio Genari, Hermes Fonseca, Antonio Carlos Belinati, Beto Richa, Algaci Túlio, Pastor Edson, Marcos Isfer e 01 ilegível.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sem prejuízo da Emenda.

Senhores Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Emenda com Parecer contrário.

Senhores Deputado que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

Rejeitado.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 036/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Assistência Social de Ebenezer, com sede e foro no Município de Matinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Hospital Bom Jesus, com sede e foro na Cidade de Rio Negro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/99, de autoria do Deputado Tiago de Amorim Novaes, que declara de Utilidade Pública a Fundação Assis Gurgacz, com sede e foro no Município de Cascavel.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/99, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Araponguinha e Região - AMOVAR, com sede e foro no Município de Arapongas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J..

Em votação o Substitutivo Geral.

Em votação.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dá nova redação ao Art. 4º, da Lei nº 12.248, de 31 de julho de 1998. Sistema integrado de gestão e proteção dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 11, de 08.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 061/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade dar nova redação ao art. 4º da Lei nº 12.248, de 31 de julho de 1998 - Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, verificamos que a Região Metropolitana de Curitiba é composta atualmente por 25 municípios, sendo que 19 deles abrigam bacias hidrográficas e aquífero que contribuem para o abastecimento público, tanto domiciliar como industrial.

Os dispositivos legais que precediam a Lei nº 12.248, não tiveram eficiência para conter o uso indevido destas áreas, configurando casos em que

torna-se inviável a recuperação das mesmas. Um dos principais exemplos, são as invasões que ocorrem na sua maioria dentro deste contexto, muito em função das restrições da legislação vigente e também pela falta na estrutura institucional de um conselho que delibere sobre casos específicos e peculiares, objetivando o desenvolvimento sustentado.

Assim, a Lei nº 12.248, em consonância com a Legislação Federal pertinente, tornar-se-á um dos importantes instrumentos de gestão dos recursos hídricos e uso do solo nas áreas de mananciais, garantindo a oferta de água potável frente a crescente demanda.

O Projeto de Lei 061/99, contempla a proposta de nova redação ao artigo 4º da citada lei, face à anterior ser dúbia, muito em função da citação “com participação dos municípios que integram as áreas de mananciais da Região Metropolitana de Curitiba”, pressupondo assim a participação simultânea de todos os 19 municípios possuidores de bacias potenciais à captação de água. Tal incorrência é potencializada quando é atendido o princípio da paridade entre o Estado, os municípios e sociedade civil organizada, onde se seguido o critério da proporcionalidade, teríamos um conselho com 57 membros. Tal composição, tornaria muito difícil a operacionalização desta instância, tornando viável a escolha de decisões, que rotineiramente serão revestidas de peculiaridades locais ou regionais.

Portanto a alteração do artigo 4º, na forma proposta, permitirá a formação de um conselho com participação de todos os municípios que contribuem para o Sistema de Abastecimento Público, porém não simultaneamente. A representação dos municípios no Conselho Gestor será através de mandatos com prazos determinados, permitindo o rodízio dos representantes. Assim teremos um Conselho com um número adequado de membros indicados tanto pelo Estado, município e sociedade civil organizada.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - Do Projeto de Decreto Legislativo nº 002/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 08/99, que autoriza o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, com destino à Europa. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, entre os dias 26 do corrente e 5 de abril próximo, com destino à Europa, a fim de, na Polônia, receber o título de Doutor Honoris Causa, da Politécnica de Cracóvia, e, na França, proferir conferência na Associação René Dubos, da Universidade de Paris e participar de reunião na Prefeitura de Ile de France.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 22.03.99

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, requerimento nº 348, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. À **Diretoria Legislativa**.

Requerimento nº 323, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente de sessão anterior. Encerrada a Discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria de pedir a V.Exa. a retirada do requerimento do Deputado Takayama, para discutirmos na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Retiramos o requerimento.

Requerimento nº 319, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Em Discussão.

O Sr. Valdir Rossoni (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art.155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 337, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. À **Diretoria Legislativa, para informar.**

O requerimento irá ao Departamento Legislativo, após o quê, votaremos.

Requerimento nº 338, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. À **Diretoria Legislativa, para informar.**

Requerimento nº 335, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Art.155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 295, de autoria dos Srs. Deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo e Hermes Fonseca, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. IRINEU COLOMBO

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai se proceder a verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.
10 Aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

17 Rejeitam.

Requerimento rejeitado.

Requerimento nº 294, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 311, de autoria do Sr. Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 312, de autoria do Sr. Deputado Tiago de Amorin Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 315, de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio e Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 316, 317 e 318, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 320, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 324, 325, 350, 351 e 352, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 327, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 328, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 329, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 340 e 341, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 346, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 349, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 353, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 293, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Peço ao ilustre Parlamentar, se possível, a retirada do requerimento, pois já estou com as informações em mãos e entregarei a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Retirado o Requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 036, 037 e 044/99

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 055, 064, 071 e 099/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE MARÇO DE 1999.

“Previdência Estadual: Lições do Passado para Garantia do Presente e do Futuro”

Sylvio Sebastiani

Foi aprovada e ratificada pela Assembléia Legislativa do Paraná o PARANAPREVIDÊNCIA, destinado a promover e desenvolver a previdência e assistência em favor dos funcionários públicos do Estado do Paraná, vindo a ocupar a posição do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, o IPE.

O IPE foi resultado do projeto apresentado pelo então Deputado Estadual Léo de Almeida Neves, em 08 de outubro de 1959 e sancionado pelo Governador Ney Braga, em fevereiro de 1961, logo no início do seu governo.

A lei visa conceder ao funcionário público estadual - civil e militar, através do Instituto, previdência e assistência, como: empréstimos, fianças, seguro de vida, concessões de pensões e pecúlios, auxílio funeral, assistência médica, hospitalar e dentária. Além disso, auxílio à aquisição de benfeitorias à moradia.

Tudo realizado obedecendo os cálculos atuariais.

Durante longos anos os servidores públicos tiveram esse atendimento, principalmente no início, nos governos Ney Braga e de Paulo Pimentel, e este veio a construir o edifício sede em Curitiba e outro em Londrina.

O IPE nesses anos adquiriu imóveis, aumentando seu patrimônio conforme constatamos em 08 de outubro de 1992 através da declaração do seu Superintendente na época o Dr. Jaime Ricardo Paciornik.

Somente em Curitiba os seguintes:

1 - Edifício Sede - Rua Inácio Lustosa.

2 - Edifício Caetano Munhoz da Rocha - Rua Cruz Machado.

3 - Edifício do Servidor - Rua Marechal Deodoro.

4 - Edifício Alameda Cabral - Al. Cabral com Cruz Machado.

5 - Escola Maternal Nice Braga - Rua Bocaiúva.

6 - Casa de Alvenaria - Rua Inácio Lustosa.

7 - Terreno no Bairro de Santa Quitéria - Rua Arthur Bernardes.

8 - Edifício Padre Anchieta - com 6 lojas alugadas.

Agora, preocupado com a situação financeira do IPE (somente no ano passado afirmava-se da existência de um rombo financeiro de R\$779 milhões no caixa da Previdência estadual devido ao pagamento de benefícios para os 69 mil aposentados e pensionistas) o Governador do Estado Jaime Lerner, enviou à Assembléia Legislativa um Projeto de Lei, criando no lugar do IPE o PARANAPREVIDÊNCIA, projeto este aprovado em 30 de dezembro de 1998, sancionado pelo governador recebendo

a Lei nº 12398 cujo órgão será gerido por uma iniciativa privada.

Vem agora a nossa grande preocupação, por experiência do passado não tão distante.

Em 6 de novembro de 1967, foi fundado no Paraná, por iniciativa privada, o "MONTEPAR" - Montepio Auxiliar dos Servidores Públicos Paranaenses, com sede em Curitiba, com registro no 1º Ofício, em 14 de maio de 1968 e posteriormente no Ministério da Indústria e Comércio, conforme Portaria nº 280 de 28 de agosto de 1969. Foi estabelecido com caráter beneficente, sem fins lucrativos, com o objetivo de atuar paralelamente à previdência social, aposentadoria e pensão mensal aos associados.

Uma grande parte de servidores públicos ingressaram no MONTEPAR, contribuindo por mais de 15 anos.

Nesse período o MONTEPAR mudou Diretores e a sua sede foi transferida a cidade do Rio de Janeiro e também mudou de nome, vindo a ser denominado "GNPP" - Sociedade Nacional de Previdência Privada.

Após os 15 anos de contribuição, os associados começaram a procurar, agora a GNPP, para receberem as suas aposentadorias. Foi oferecido aos contribuintes o saque da totalidade dos benefícios. A grande e triste surpresa foi que a totalidade recebida era menor que o valor da última prestação paga pelo associado/contribuinte.

Eu era (e sou) um deles.

Nesse momento, com a revolta de todos os associados, gritando, procurando a imprensa, as autoridades, surgiu uma mulher de muita coragem, de muita garra, também vítima desse estelionato: ODETE MOTTA VIEIRA.

Dona Odete organizou o "Movimento de Revisão e Defesa dos Direitos do Povo". Começou a denunciar a fraude, procurou o Ministério Público do Estado do Paraná que ingressou com Ação Civil Coletiva, contra a MONTEPAR e GNPP, denunciou ao Presidente da República, Fernando Collor de Melo. Ao Presidente do Senado Federal, Mauro Benevides, ao Presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, Superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, e ganhou espaço na imprensa nacional.

Até hoje Dona Odete ainda se reúne com os companheiros, orientando e fornecendo informações do Movimento. Eu compareci em muitas das reuniões em sua residência. Mas até hoje ninguém recebeu nada.

Todos nós perdemos e o Paraná também perdeu, porque os servidores perdem a confiança em iniciativas como essa.

Tivemos informações que alguns diretores da GNPP foram acusados por apropriação indébita,

formação de quadrilha, estelionato e falsidade ideológica. Foram detidos em 1996 pelo Delegado da Polícia Civil de São Paulo, Romeu Tuma Júnior, em cumprimento à decretação de prisão temporária sob acusação de terem roubado clientes em R\$16 milhões, mas não pelo caso MONTEPAR/GNPP.

Isso pode servir de alerta aos servidores e ao Governo do Estado do Paraná.

Os Governadores carioca, Anthony Garotinho e o gaúcho Olívio Dutra entendem que o fundo de previdência não pode ser gerido por uma empresa privada.

No Estado do Paraná a expectativa de arrecadação dos salários dos funcionários públicos estaduais é de aproximadamente R\$50 milhões. Há necessidade de total garantia financeira e patrimonial para os aposentados e pensionistas de hoje e do futuro.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE MARÇO DE 1999.

"Há Fundamentos Bíblicos para a Campanha da Fraternidade sobre o Desemprego"

Dom Pedro Fedalto
Arcebispo de Curitiba

É freqüente o questionamento de pessoas, afirmando que a Igreja não deve envolver-se na política, na economia, nos sindicatos e por conseguinte no emprego e mais precisamente nos desempregados.

É justa, verdadeira, esta crítica contra a Igreja.

A resposta é clara, óbvia.

Só os cegos não enxergam.

A Igreja deve ocupar-se com toda a pessoa humana em todos os aspectos de sua vida e não apenas no campo estritamente religioso, espiritual, ignorando todos os demais ligados à justiça e fraternidade, à solidariedade, ao amor, à paz, à misericórdia, enfim, à dignidade da pessoa humana.

A Igreja ao propor a Campanha da Fraternidade aos Desempregados, com o lema: 'Sem trabalho... Por quê?' analisou a realidade em que vivem milhões de homens e mulheres no Brasil, sem um emprego.

O desemprego contradiz a dignidade da pessoa humana, criada por Deus para a felicidade não somente eterna mas também na terra.

A pergunta que se faz é esta: É justo que milhões de pessoas vivam privadas do essencial para sua subsistência: alimento, moradia, educação, saúde.

O desemprego causa a falta de alimentos, de educação, de saúde.

Se assim é a Igreja tem a obrigação de mostrar que proclamar a justiça é seu dever. É por causa da injustiça social que o documento de Puebla, México, em 1979, afirma que é institucionalizada: 'Vive a humanidade na era da corrupção e violência'. 'Ambas são geradas e fermentadas pela injustiça, que pode chamar-se institucionalizada nos sistemas políticos e econômicos'. (Puebla nº 509) que visam somente ao lucro, à acumulação de riquezas nas mãos de poucos, com detrimento em muitos que, por dificuldades financeiras, vivem na miséria.

Continua Puebla: 'A Igreja, como Mãe e Mestra, perita em humanidade, deve discernir e iluminar, a partir do Evangelho e da doutrina social, as situações, os sistemas políticos que causam o desemprego e por conseguinte a miséria' (Puebla nº 511).

Em Santo Domingo (1992), os Bispos, na realização da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano, afirmam que 'as trágicas situações de injustiças e sofrimentos na América se tornaram mais agudas depois de Puebla, exigem uma resposta à luz do Evangelho e devem ser combatidas.' (Santo Domingo, 23, 72 e 157)."

É inconcebível que "em povos de arraigada fé cristã se impuseram estruturas geradoras de injustiça (Puebla, 437 e Santo Domingo, 161).

Quais são os textos do Evangelho em que a Igreja se fundamenta para propor a Campanha da Fraternidade sobre os Desempregados?

O Evangelho apresenta-nos a parábola da árvore boa que produz fruto bom e a árvore má fruto mau (Mt. 12,33).

O emprego é o fruto da árvore boa e o desemprego maciço da árvore má.

O desemprego é um não à dignidade da vida humana. A destinação universal dos frutos da árvore boa são para todos.

O capitalismo selvagem, sem freios éticos, visando apenas ao lucro, sem a partilha e a solidariedade, é fruto mau do sistema nefasto, denunciado

pelo Papa Paulo VI, no documento "Populorum Progressio", nº 26, em 1967. Por sua vez o Papa João Paulo II, na encíclica "Sollicitudo Rei Socialis, em 1987, diz que é fruto mau o sistema inspirado na economia de produção que só visa lucro sempre maior, nas mãos de poucos, sem buscar a solução de milhões de desempregados no mundo, que pedem um trabalho.

Outro texto do Evangelho é o da parábola do pai de família que saiu de manhã; para contratar operários para à sua vinha (Mt. 20, 1-16).

Tornou a sair, à hora terceira, sexta e nona, undécima, dando no fim do dia o mesmo pagamento.

Os que começaram a trabalhar de manhã reclamaram, dizendo que era injusto que os últimos recebessem o mesmo pagamento trabalhando apenas uma hora, quando os primeiros suportaram o peso do dia e o calor.

Ele porém, respondeu: Qual é a injustiça que faço, se contratei o mesmo pagamento para cada um.

A grande lição desta parábola é bem mais profunda: cada pessoa deve ter um salário para poder sobreviver. É a parábola que ensina que todos têm o direito a um trabalho e não apenas uns, que se enriquecem hoje com uma tecnologia que não mais oferece espaço ao homem.

Esta parábola também ensina que não é justa a especulação financeira que não coloca o dinheiro circulando com a criação de empregos para o bem de todos.

Esta parábola ensina que os da última hora são os que não têm pequenas empresas que vão à falência, porque os da primeira hora querem tudo para si, não dando vez aos pequenos de sobreviverem.

Creio que respondi ao questionamento levantado por pessoas que criticam o posição da Igreja sobre os desempregados.